

**CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

MARINA SIQUEIRA DAVID

**A DESIGUALDADE SOCIAL E OS PROCESSOS DE ENSINO E
APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

SÃO MATEUS-ES

2022

MARINA SIQUEIRA DAVID

A DESIGUALDADE SOCIAL E OS PROCESSOS DE ENSINO E
APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Orientadora Prof^a Dr^a Luana Frigulha Guisso

SÃO MATEUS-ES

2022

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação
Centro Universitário Vale do Cricaré – São Mateus – ES

D249d

David, Marina Siqueira.

A desigualdade social e os processos de ensino e aprendizagem de crianças da educação infantil / Marina Siqueira David – São Mateus - ES, 2022.

115 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2022.

Orientação: prof^a. Dr^a. Luana Frigulha Guisso.

1. Desigualdade social. 2. Educação infantil. 3. Metodologias de ensino. 4. Aprendizagem. I. Guisso, Luana Frigulha. II. Título.

CDD: 370.115

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

MARINA SIQUEIRA DAVID

A DESIGUALDADE SOCIAL E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação, do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 21 de dezembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

LUANA FRIGULHA Assinado de forma digital por
LUANA FRIGULHA
GUISO:09877618 GUISSO:09877618702
702 Dados: 2022.12.22 18:11:32
-03'00'

Dra. Luana Frigulha Guisso
Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC)
Orientador (a)

MARCUS ANTONIUS Assinado de forma digital por
DA COSTA MARCUS ANTONIUS DA COSTA
NUNES:55754732791 NUNES:55754732791
Dados: 2022.12.22 18:11:46 -03'00'

Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC)



Dr. Michell Pedruzzi Mendes Araújo
Universidade Federal de Goiás (UFG)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação ao meu pai,
Túlio César Passos David,
e ao meu tio, Guilherme Luis Passos David,
que partiram deste mundo em 2017.
Eles sempre diziam que eu poderia fazer a diferença
na vida das crianças que mais carecessem de afeto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às professoras do Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora (ISECENSA), onde realizei minha graduação em Pedagogia, em especial, à Teresa Cunha, que foi minha orientadora durante o Trabalho de Conclusão de Curso e sempre me incentivou a continuar trilhando caminhos na vida acadêmica. Mesmo que ela não saiba, foi um grande exemplo na profissão.

Agradeço também ao Centro Universitário Vale do Cricaré pelo apoio na realização do curso de Mestrado.

Sou grata à minha orientadora, Prof^a Dr^a Luana Frigulha Guisso, pela disponibilidade, pelo apoio e pelas contribuições mais do que enriquecedoras no processo de elaboração da dissertação. Por diversas vezes, ela me trouxe de volta ao foco e me acalmou.

Estendo meu reconhecimento à Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy por propiciar a realização do mestrado através do auxílio-estudo.

Agradeço à minha família que, mesmo longe fisicamente, se fez presente da melhor forma possível, em especial, à minha mãe, Jaira Calil Siqueira, e ao meu padrasto/pai, Haroldo de Almeida Rangel Junior, que são meus maiores exemplos, principalmente no quesito estudo.

Sou grata também às minhas amigas e companheiras nessa jornada por, praticamente 24h diárias, Amanda Mauri Anequim, Beatriz Tinoco de Oliveira e Monica Gomes de Sá Barbosa, por toda cumplicidade e amizade nas horas tristes e felizes nesse período.

Gratidão à minha parceira de vida, a qual chamo de amor, Ludiane Rodrigues Cunha, pela paciência, pelo incentivo, pela compreensão, pelas conversas... por tudo. Você foi fundamental nesta e em todas as etapas da minha vida nas quais esteve presente.

Não há escola tão grande, que não possa ser guardada
em um coração de professor.

Não há professor tão sábio, que não possa aprender
em uma escola de sentimentos.

Porque, para um professor, a escola é o que dá sentido à vida.

E para uma escola, o professor é o alimento de sua existência.

E para cada um, professor e escola,
o construir um ao outro é a razão e o sentido,
que faz o ensinar e o aprender valer a pena.

Aluísio Cavalcante Jr.

RESUMO

DAVID, Marina Siqueira. **A desigualdade social e os processos de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil**. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus, 2022.

O ato de educar, por si só, requer dedicação, esforço e amor por parte de quem o faz. Muitos são os fatores que dificultam os professores na missão de implementar uma educação de qualidade com seus alunos e um fator que merece destaque é a desigualdade social, em consequência dos obstáculos gerados por ela no processo educacional. Diante disso, o objetivo geral da presente investigação foi compreender como a desigualdade social impacta nos processos de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil, a fim de despertar um olhar atento dos professores acerca dessa temática. O material teórico utilizado na revisão de literatura foram dissertações de mestrado atreladas ao tema e encontradas na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Já no referencial teórico, foi utilizada a Base Nacional Comum Curricular (2018) e autores que centraram suas pesquisas no tema “desigualdade social” e sua relação com os processos de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, sendo o principal deles, Bourdieu (1992, 1998, 2001, 2011). No percurso metodológico, adotou-se a abordagem qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória e descritiva. Como procedimentos técnicos, foram utilizados a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso e a pesquisa de campo. O local da pesquisa compreendeu um Centro Municipal de Educação Infantil de Presidente Kennedy/ES. A produção de dados ocorreu partir de entrevistas com quatro professoras regentes de duas turmas de maternal e com a diretora, uma vez que a instituição não possui pedagogo para atendê-la, além de análise das fichas descritivas de crianças das respectivas turmas e de suas fichas de matrícula, a fim de traçar seu perfil socioeducacional. Por meio das entrevistas, foi possível concluir que os professores enfrentam muitas dificuldades geradas pela desigualdade social no contexto educacional, o que acarreta sentimento de impotência e frustração. A análise das fichas de matrícula evidenciou principalmente que os responsáveis só definiram as crianças como pardas ou brancas. Já a análise das fichas descritivas impossibilitou estabelecer um perfil das crianças que alcançaram ou não os objetivos de aprendizagem propostos pela Base Nacional Comum Curricular. Por fim, percebeu-se que a desigualdade social não pode ser eliminada do cotidiano escolar, todavia pode e deve ser combatida diariamente para que os impactos causados por ela sejam os menores possíveis. Com o intuito de contribuir para o trabalho dos professores da Educação Infantil frente aos desafios impostos pela desigualdade social, como produto educacional, foi elaborado um e-book com o título *Combater a desigualdade social é uma tarefa educacional*.

Palavras-chave: Desigualdade social. Educação Infantil. Ensino e aprendizagem. Impactos.

ABSTRACT

DAVID, Marina Siqueira. Social inequality and the teaching and learning processes of children in Kindergarten 2022. 115 f. Dissertation (Master's) – University Center Vale do Cricaré, São Mateus, 2022.

The act of educating itself requires dedication, effort and love on the part of those who do it. There are many factors that hinder teachers in their mission to implement quality education with their students, and one factor that deserves to be highlighted is social inequality, as a result of the obstacles generated by it in the educational process. In view of this, the general objective of the present investigation was to understand how social inequality impacts on the teaching and learning processes of children in Early Childhood Education, in order to awaken an attentive look from teachers about this theme. The theoretical material used in the literature review were Master's dissertations linked to the theme and found on the CAPES platform. As for the theoretical framework, the National Common Curricular Base (2018) and authors who focused their research on the theme “social inequality” and its relationship with the teaching and learning processes in Early Childhood Education were used, the main one being Bourdieu (1992, 1998, 2001, 2011). The methodological route adopted a qualitative and quantitative approach, with an exploratory and descriptive nature. As technical procedures, bibliographical research, case study and field research were used. The research site comprised a Municipal Center for Early Childhood Education in Presidente Kennedy/ES. Data production was based on interviews with four regent teachers of two Kindergarten classes and with the director, since the institution does not have a pedagogue to assist her, as well as analysis of the descriptive sheets of children in the respective classes and their enrollment forms in order to trace their socio-educational profile. Through the interviews, it was possible to conclude that teachers face many difficulties generated by social inequality in the educational context, which leads to feelings of impotence and frustration. The analysis of the registration forms showed, mainly, that those responsible only defined the children as brown or white. The analysis of the descriptive sheets, however, made it impossible to establish a profile of the children who achieved or not the learning objectives proposed by the National Common Curricular Base. Finally, it was noticed that social inequality cannot be eliminated from everyday school life, however, it can and must be fought daily so that the impacts caused by it are as small as possible. In order to contribute to the work of Early Childhood Education teachers in the face of the challenges imposed by social inequality, as an educational product, an e-book was prepared whose title is: *Combating social inequality is an educational task*.

Keywords: Social inequality. Child education. Teaching and learning. Impacts.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cor e raça da criança.....	50
Gráfico 2 – Nível de escolaridade do pai.....	51
Gráfico 3 – Nível de escolaridade da mãe	52
Gráfico 4 – Emprego/desemprego do pai.....	53
Gráfico 5 – Emprego/desemprego da mãe	53
Gráfico 6 – Auxílio Bolsa Família	55
Gráfico 7 – Situação habitacional da família	56
Gráfico 8 – Fichas descritivas	58

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
ISECENSA	Institutos de Ensino Superior do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora
MEC	Ministério da Educação
PPP	Projeto político-pedagógico
SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 A DESIGUALDADE SOCIAL E SUAS FACETAS	23
2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TODOS.....	26
2.3 ENSINO E APRENDIZAGEM PARA ALÉM DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	30
3 METODOLOGIA	36
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	37
3.2 DOS SUJEITOS AO UNIVERSO DA PESQUISA	38
3.3 DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS AOS INSTRUMENTOS DE DADOS UTILIZADOS.....	38
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
4.1 ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	41
4.2 ANÁLISE DAS FICHAS DE MATRÍCULA – PERFIL SOCIEDUCACIONAL	50
4.3 ANÁLISE DAS FICHAS DESCRITIVAS DAS CRIANÇAS	57
5 PRODUTO EDUCACIONAL	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICES	71
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS PROFESSORAS	71
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A DIRETORA	72
APÊNDICE C – PRODUTO EDUCACIONAL.....	73
ANEXOS	106
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	106
ANEXO B – FICHA DE MATRÍCULA	110
ANEXO C – FICHA DESCRITIVA	112

EM BUSCA DO DESCONHECIDO

Quando concluí o Ensino Médio, em 2013, não fazia ideia de qual faculdade cursar. Minha única certeza era a paixão pelas crianças e pela forma como elas aprendiam, porém, a ideia de ser professora nunca havia passado pela minha cabeça.

Após conversar com a minha mãe, decidi tentar me aventurar na faculdade de Pedagogia. Então, já em 2014, iniciei o curso no ISECENSA. Para a minha surpresa, logo me encontrei no meio daquelas teorias e minha paixão pela educação se concretizou.

Lembro-me do primeiro estágio.... Foi em uma comunidade com crianças carentes. Naquele momento, comecei a perceber o que futuramente ficaria ainda mais claro para mim e para a maioria dos educadores: o tanto que a desigualdade social influencia no processo educacional das crianças. A sensação de impotência diante da realidade vivenciada naquele momento era inquietante.

No segundo semestre de 2015, fui convidada a trabalhar na escola pertencente à Instituição onde cursava a faculdade. Trabalhei até o final daquele ano com crianças de idades variadas, entre 4 e 9 anos (confesso que foi um grande desafio). Minha função era auxiliá-las com as atividades escolares no contraturno.

Em 2016, fui aprovada no concurso público para o cargo de auxiliar de creche no município vizinho ao meu. Estive nesse cargo até o final de 2018. Posso dizer que esses dois anos foram cruciais para eu decidir o futuro da minha carreira e ter certeza de que eu queria ser professora da Educação Infantil.

Ainda em 2018, prestei o concurso público para a Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ ES, para o cargo de professora de Educação Infantil – 40h. Para a minha alegria, fui convocada! Hoje, posso dizer que estou onde quero estar, na sala de aula da Educação Infantil, como professora regente.

O fato de ser professora regente de uma sala de Educação Infantil deixou-me ainda mais próxima de todas as mazelas causadas pela desigualdade social na vida escolar e extraescolar das crianças. São muitas as situações cotidianas que evidenciam tal situação. Sempre fui muito boa com crianças, elas se sentem muito à vontade comigo, de tal forma a confiarem a mim problemas que vão além daqueles atrelados à escola.

Todos os dias, seja como estagiária, auxiliar de creche, seja como professora... eu via e, ainda vejo, muitas lacunas em sala de aula, que vêm desde a primeira etapa

da educação básica. Sei que o que é vivido na primeira infância reflete na adolescência e na vida adulta. Eu, como educadora, quero fazer o máximo para gerar equidade para as crianças na escola.

1 INTRODUÇÃO

Pensar na educação como uma ferramenta de emancipação do indivíduo ou como uma forma de se encontrar na sociedade é o que move muitos educadores na missão de educar. No entanto, quando se percebe a própria sociedade como um elemento desafiador para uma educação de qualidade, tudo fica muito mais complexo.

Nesse contexto, a escola, como instituição social, assume um papel fundamental na vida das crianças que anseiam por possibilidades melhores na sociedade. Sabe-se que a educação muda vidas, muda convicções e gera esperanças com vistas a um futuro melhor. É nela que famílias depositam fichas para que suas crianças se tornem adultos conscientes de seus direitos, deveres e potencial.

Para tanto, a pesquisa traz reflexões sobre a desigualdade social e o contexto de ensino e aprendizagem, já que um não se dissocia do outro. Cada aluno carrega consigo uma realidade distinta da outra, então cabe ao professor pensar e praticar ações que amenizem lacunas geradas por uma bagagem social enraizada na vida de seus alunos.

A respeito da desigualdade social, Vieira (2001, p. 81) apresenta a ideia de que “[...] o racismo, a pobreza, o não acesso à educação e a bens essenciais à dignidade humana são formas que facilitam a percepção do outro como inferior”. Dessa forma, os esforços dos professores devem ser voltados para assegurar que todos os educandos obtenham os mesmos direitos e condições de aprender o que é ensinado, apesar de classe econômica, cor, credo ou qualquer outro fator que estabeleça uma desigualdade.

Ao contrário da situação de bem-estar, apresenta-se a desigualdade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (ABRAMOVAY, 2002, p, 29).

A missão de educar crianças diariamente é árdua e desafiadora, principalmente quando, em uma sala de aula, existem crianças bem alimentadas e outras que já chegam pedindo comida. Vistos como peças-chave do processo educacional, os professores possuem como desafio evidenciar e colocar em prática uma educação de qualidade que, segundo Demo (1994), refere-se à garantia e à permanência dos que

nela ingressam. Em síntese, qualidade é resultante da consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar.

Durante minha trajetória acadêmica, vivenciei algumas realidades distintas. Passei por escolas pequenas, grandes, públicas, particulares, com boa infraestrutura e sem nenhuma. Dessa forma, observei e estive envolvida em muitas situações que despertaram em mim o desejo de contribuir na vida das crianças que estivessem ao meu alcance, tornando suas condições de ensino e aprendizagem mais justas e igualitárias.

Falar sobre uma educação justa é comum entre os professores e a comunidade escolar, porém transformar essa utopia em prática requer muito estudo e esforço. Há muitos momentos em que a discrepância social entre as crianças é percebida na sala de aula.

A definição do que seria uma escola justa é das mais complexas, ou mesmo das mais ambíguas, pois podemos definir justiça de diferentes maneiras. Por exemplo, a escola justa deve: - Ser puramente meritocrática, com uma competição escolar justa entre os alunos social e individualmente desiguais? – Compensar as desigualdades sociais, dando mais aos quem têm menos, rompendo assim com o que seria uma rígida igualdade? – Garantir a todos os alunos o que seria um mínimo de conhecimentos e competências? – Preocupar-se principalmente com a integração de todos os alunos na sociedade e com a utilidade de sua formação? – Tentar fazer com que as desigualdades escolares não tenham demasiadas consequências sobre as desigualdades sociais? – Permitir que cada um desenvolva seus talentos específicos, independentemente de seu desempenho escolar? (DUBET, 2004, p. 540).

Esse posicionamento carrega questionamentos que orientaram a presente pesquisa. Implementar a igualdade educacional nas escolas, apesar da desigualdade social, é um desafio diário. Então urge a necessidade da reflexão acerca da prática pedagógica em prol de uma educação justa e emancipadora, entendendo que cada criança leva para a escola todas as suas vivências sociais que não podem ser ignoradas. Nesse sentido, Bourdieu (1998, p. 53) afirma que

[...] para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais.

Desse modo, os alunos menos favorecidos possuem o mesmo direito de aprender que os demais, mas, para isso de fato ocorrer, a escola precisa pensar em

estratégias que garantem essa premissa. Afinal, toda e qualquer criança deve se sentir querida e pertencente ao ambiente escolar onde está inserida.

Uma das piores sensações que um professor pode ter é a de impotência. Perceber o quanto seu aluno está sofrendo por situações advindas do seu contexto familiar e social e não enxergar nada para fazer é extremamente frustrante. Pensar em possibilidades para combater esse tipo de situação é urgente.

Esta pesquisa visou despertar um olhar atento, principalmente do professor, em relação aos impactos causados pela desigualdade social no processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil, sendo o seu problema central uma indagação particular da minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional: de que forma a desigualdade social afeta o ensino e a aprendizagem de crianças da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) “Liane Quinta” no município de Presidente Kennedy/ES?

O CMEI fica localizado em uma praia cujo nome é Marobá, pertencente ao município em Presidente Kennedy/ES. Ele atende crianças de 0 a 3 anos, distribuídas em 7 turmas, sendo três berçários e quatro maternais. Minha motivação para escolhê-lo como local para a realização da pesquisa se deu pelo fato de ser onde atuo como professora e conseqüentemente onde minhas inquietações e anseios por uma educação justa são alimentados.

Diante dessa indagação, o objetivo geral da minha pesquisa foi compreender como desigualdade social impacta os processos de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil do CMEI “Liane Quinta” no município de Presidente Kennedy/ES. Com o intuito de alcançar o objetivo geral, formulei os seguintes objetivos específicos:

- Verificar, junto aos professores, o que eles compreendem sobre desigualdade social.
- Identificar, junto à diretora da escola, o que ela compreende sobre desigualdade social e se tal questão é abordada nos planejamentos coletivos com os professores e de que maneira;
- Analisar se a desigualdade social compromete o processo de ensino e aprendizagem das crianças e, caso comprometa, de que forma isso ocorre;
- Definir o perfil socioeducacional das crianças da Educação Infantil do CMEI “Liane Quinta” a partir da análise de suas fichas de matrícula;
- Elaborar um e-book que auxilie os professores da Educação Infantil a lidarem com os desafios impostos pela desigualdade social no contexto escolar.

O *e-book* foi destinado aos professores da Educação Infantil e desenvolvido a partir da análise dos resultados alcançados ao longo da pesquisa. O intuito desse produto educacional foi provocar uma reflexão nos professores que convivem com situações semelhantes ou iguais às expostas no *e-book*, a fim de evidenciar que a educação apresenta os mesmos desafios, independentemente de cidade, estado ou país, além de propor possíveis estratégias atenuantes para os impactos causados pela desigualdade social no processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil.

Sobre a estrutura, o trabalho em questão foi dividido em seis seções. A primeira seção se destinou às considerações introdutórias. Na segunda, a revisão de literatura e o referencial teórico relevantes à temática foram abordados, subdividindo-se em *A desigualdade social e suas facetas; Educação Infantil para todos e ensino e aprendizagem para além das desigualdades sociais na Educação Infantil*. Posteriormente, na seção 3, foi apresentado o percurso metodológico utilizado na pesquisa; já na seção 4, foram expostos os resultados alcançados e a discussão sobre eles. A quinta seção foi destinada à apresentação do *e-book* e, por fim, a seção 6 ficou por conta das considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta uma reflexão acerca das temáticas que permeiam a Educação Infantil inserida em um contexto de desigualdade social. Atrelada ao exposto, aborda também os desafios impostos por esse fenômeno social no processo de ensino e aprendizagem das crianças desse segmento educacional. A seguir, a Quadro 1 apresenta autores que pesquisaram sobre assuntos pertinentes a esta pesquisa e embasaram discussões posteriores.

Quadro 1 – Produções acadêmicas utilizadas

AUTORIA	ANO	PESQUISA	NATUREZA DO TRABALHO
Graciele Lehnen Bijega	2018	A participação das crianças e as desigualdades em um contexto de educação infantil do campo	Dissertação Mestrado em Educação Universidade Federal do Paraná
Cintia Cardoso	2018	Branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis	Dissertação Mestrado em Educação Universidade Federal do Paraná
Mariana Natal Prieto	2016	A organização do tempo em escolas de educação infantil: contribuições para o processo de humanização na infância	Dissertação Mestrado em Educação Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista
Célia Pereira da Silva	2016	Vulnerabilidade social nos territórios das grandes cidades, educação e o princípio de justiça como equidade na escola	Dissertação Mestrado em Educação Universidade Cidade de São Paulo
Mariana Paula Pereira Scavoni	2016	Representações sociais de professores sobre inclusão e o projeto político pedagógico: a escola em movimento	Dissertação Mestrado em Educação Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista

Fonte: Elaboração da autora (2022).

A professora Graciele Lehnen Bijega, mestranda no ano de 2018, escreveu sua dissertação intitulada *A participação das crianças e as desigualdades em um contexto de educação infantil do campo* para a obtenção do grau de Mestre em Educação, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Diversidade, Diferença e Desigualdade Social, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Reconhecendo-se como uma apaixonada pela primeira infância, sua justificativa para a pesquisa está centrada na sua ânsia de “[...] conhecer as crianças, reconhecer seus contextos, compreender as implicações das desigualdades sociais e contribuir para o um diálogo que se preocupa com a infância” (BIJEGA, 2018, p. 15).

Seu olhar está voltado para investigar as implicações das desigualdades sociais e geracionais sobre a participação das crianças no contexto da escola do campo.

Para alcançar seu objetivo geral, a pesquisadora identificou quais as desigualdades sociais se apresentavam com as crianças do contexto estudado; compreendeu as relações entre as desigualdades sociais e as possibilidades reais das crianças viverem suas infâncias e, além disso, visibilizou as relações de alteridade como condição à participação das crianças.

O referencial teórico utilizado foi pautado em estudos sociais da infância e na sua nova sociologia no entendimento das crianças como atores sociais; além disso, foi utilizado o conceito de ação social em um aspecto weberiano. Partindo da compreensão da infância como parte da sociedade, buscou-se o *Atlas da exclusão social no Brasil* (2012), de forma a facilitar conhecimento e identificação das desigualdades em âmbito nacional.

Foi desenvolvida uma investigação de caráter etnográfico, baseada na observação participante com o tempo determinado de 3 meses, quando se utilizaram o diário de campo, o vídeo e a fotografia para compartilhar a rotina diária no espaço educacional com as crianças. Para a obtenção de dados, foram enviados questionários para as casas das famílias com o intuito de conhecer o contexto de vida de cada uma delas.

Ao final da pesquisa, a professora concluiu que a desigualdade geracional entre adultos e criança é evidente. A desigualdade gerada pelo contexto em que a criança vive, no caso o rural, e a desigualdade etária na etapa de Educação Infantil, que compreende as crianças de 0 a 5 anos, também influenciam o acesso à vaga nas instituições de ensino. A partir dos estudos e das observações realizadas, tornou-se possível promover ações sociais entre os pares, ações intencionais e com sentidos previamente estabelecidos, em um grupo de crianças de dois para três anos de idade.

Cíntia Cardoso, como se descreve, “[...] docente, trabalhadora, ativista, inquieta com as experiências vividas e outras apreendidas nos diferentes espaços sociais” (CARDOSO, 2018, p. 30), escreveu sua dissertação *Branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis* apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Como justificativa para a pesquisa em questão, a professora se ateuve às suas próprias vivências como mulher negra na sociedade e em todos os locais por onde passou, desde a escola, universidade e até a chegada no local de trabalho. Cíntia afirma que “[...] uma mulher negra intelectual é uma ameaça ao sistema educacional ainda colonial” (CARDOSO, 2018, p. 29). A partir dessa afirmação, ela iniciou a tecer seus pensamentos e questionamentos acerca do contexto desigual que nos cerca.

O grande desafio para a pesquisadora foi compreender como a branquitude (configuração de uma identidade branca), sendo prática de poder, se expressa nas experiências educativo-pedagógicas da educação infantil em uma unidade educativa da rede municipal de ensino de Florianópolis/SC. Para tal, os objetivos específicos foram: apreender as maneiras como se revela a questão racial nas relações entre as crianças brancas e negras nas experiências do cotidiano da instituição; contrastar a legislação municipal a respeito da política de educação das relações étnico-raciais na educação infantil com as práticas das professoras brancas; realizar um levantamento bibliográfico buscando apreender os modos como pesquisadores e pesquisadoras, no campo dos estudos relativos às desigualdades raciais na educação, têm se apropriado das noções de branquitude ou branquidade para pensar as experiências na Educação Infantil; analisar as imagens lançadas no espaço da instituição.

Para a construção do referencial teórico, a então mestranda apoiou-se nos Estudos de Branquitude, na Sociologia da Infância, nos Estudos sobre Educação das Relações Étnico-Raciais em interlocução com os Estudos pós-coloniais, atrelados ao seu tema de pesquisa. Além disso, ancorou-se em autores como Ferreira (2002, 2004), Horn (2003), Sarmiento (2004), Corsaro (2005) e Sirota (2005). Como método de pesquisa, utilizou a etnografia. Os instrumentos utilizados para a obtenção de dados foram a observação, a fotografia, conversas informais com professoras brancas, conversas com crianças brancas, além do uso de gravação de áudio para melhor assimilar o que foi dito. Por fim, tornou-se possível concluir que

[...] as crianças brancas da unidade educativa pesquisada contam com vantagens materiais e simbólicas vivenciadas em práticas pedagógicas que reforçam seu lugar de destaque e de positividade. A Paridade Racial se apresentou como uma das gêneses, o estágio inicial para consolidação e perpetuação da branquitude nas relações entre professoras brancas e crianças brancas. No entanto, há uma força de ruptura por parte de professoras, ainda que minoria, e por parte de crianças negras e brancas que, às vezes, empreendem processos de resistência e interrogam as professoras com suas atitudes, provocando fissuras nesta estrutura que tentam infundialas na homogeneização macro da branquitude apresentando novas maneiras de se relacionar com as diferenças (CARDOSO, 2018, p. 13).

Diante disso, ficou claro o poder que crianças , quando apoiadas e guiadas por professores conscientes e interessados, para romper possíveis barreiras impostas pela sociedade em geral. Aprisionar o desejo de uma criança de ser melhor é um dos maiores erros que professores podem cometer, daí a importância da sensibilidade por parte deles, principalmente da primeira infância.

Seguindo uma temática semelhante, Marina Natal Prieto apresentou sua dissertação intitulada *A organização do tempo em escolas de educação infantil: contribuições para o processo de humanização na infância* ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista – *campus* de Marília, SP, para a obtenção de título de Mestre em Educação no ano de 2016.

Sua pesquisa foi realizada com base no seguinte problema: de que maneira a organização do tempo nas Escolas de Educação Infantil pode contemplar o tempo da instituição e respeitar o tempo da criança de modo a contribuir para o pleno desenvolvimento na infância? A fim de sanar essa dúvida, tomou-se como objetivo geral “[...] compreender aspectos indicativos da organização do tempo em E.E.I.s no município de Avaré” (PRIETO, 2016, p. 14).

Imaginar uma escola de Educação Infantil onde as crianças queiram estar e permanecer envolve uma série de fatores e de colaboradores, desde família, funcionários da escola e comunidade em geral. Os espaços do ambiente escolar devem ser ricos de elementos que despertem o interesse de cada um para estar ali, principalmente os da Educação Infantil, pois é nessa fase que as crianças adquirem conhecimentos que serão levados por toda a sua vida.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, a professora fez uso de ações investigativas bibliográficas e de campo. A fim de conhecer o material já escrito, as fontes buscadas para a investigação bibliográfica foram, em sua maioria, digitais, enquanto as de campo envolveram entrevistas com 10 professoras de 5 turmas diferentes. A base teórica principal contemplou estudos da Teoria Histórico-Cultural, além de autores contemporâneos que contribuíram para reflexões acerca da temática.

A educação é a mola propulsora do desenvolvimento da inteligência e da personalidade de homens e mulheres. O professor é o responsável por organizar o tempo institucional pensando em todos os momentos essenciais para um desenvolvimento cultural harmônico em qualquer nível da escolaridade, em especial em turmas de crianças pequenas (PRIETO, 2016, p, 22).

Constatou-se, ao final da pesquisa, a predominância de aspectos indicativos de organização do tempo institucional sobre as oportunidades de envolvimento e de protagonismo das crianças nas situações educativas propostas. Ainda salientou-se a urgência de um empenho maior nessa organização espacial escolar com o objetivo de tornar a criança o centro de toda e qualquer ação educativa.

Dando continuidade à reflexão sobre o assunto, Mariana Paula Pereira Scavoni escreveu a dissertação de mestrado intitulada *Representações sociais de professores sobre inclusão e o projeto político pedagógico: a escola em movimento*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Marília, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Como problema precursor da pesquisa, sua indagação voltou-se à escola inclusiva e de que maneira a comunidade incorpora e modifica suas representações sociais, considerando que os sujeitos interferem na edificação desse movimento tanto quanto o princípio legal. O objetivo geral foi investigar as representações sociais de inclusão escolar, formação docente e gestão de professores de uma escola pública municipal do Ensino Fundamental – ciclo I, bem como sua relação com o projeto político pedagógico da escola.

Como método de pesquisa, investigou as representações sociais dos professores e o projeto político pedagógico da instituição. O instrumento utilizado para a coleta de dados consistiu principalmente em grupos focais, ou seja, agrupamentos de indivíduos ao menos com uma característica em comum.

Para o referencial teórico, utilizou a Teoria das Representações Sociais. Autores como Freitas (2002), Matiskei (2004), Michels (2006) e Mittler (2003) embasaram reflexões e análises pertinentes à pesquisa. Diante disso, os resultados revelaram representações não lineares, sendo predominantemente voltadas às impossibilidades para a edificação de uma escola inclusiva, ao passo que, no projeto político-pedagógico, houve maior ênfase aos avanços e a um trabalho visando a conquistas relativas à inclusão escolar

Não importa o quão comprometido um governo possa ser com relação à inclusão; são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aulas que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola. As formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todas as crianças (MITTLER, 2003, p. 139)

Portanto, é no dia a dia da escola que ocorre o real processo de inclusão ou exclusão na vida das crianças. Todos os envolvidos nessa instituição social são responsáveis por tornar a vida escolar dos alunos mais prazerosa e enriquecedora, a partir de ações que promovam interações sociais e que contemplem toda e qualquer singularidade existente entre elas.

Em consonância com o tema em questão, Célia Pereira da Silva desenvolveu a dissertação de mestrado com o título *Vulnerabilidade social nos territórios das grandes cidades, educação e o princípio de justiça como equidade na escola*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Universidade Cidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre no ano de 2016.

O interesse da pesquisadora em explorar essa temática ocorreu através da disciplina “Desigualdades e oportunidade educacionais” do próprio Programa de Mestrado ao qual ela pertencia. Assuntos relacionados à desigualdade social, meritocracia e produção da desigualdade social impulsionaram a dissertação sobre o tema.

Como problema central, a então mestranda indagou-se: de que forma a vulnerabilidade social nos territórios das grandes cidades afeta as oportunidades educacionais nesses territórios. Para sanar tal questionamento, seu objetivo geral foi situar a desigualdade escolar decorrente do contexto de vulnerabilidade social nos grandes centros urbanos brasileiros como fenômeno que tem implicações sobre a justiça como equidade na escola, explicitando a especificidade dessa desigualdade.

O embasamento teórico voltou-se para estudos advindos de levantamentos realizados na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) em 2015. Além disso, a autora em questão usufruiu principalmente de Ribeiro (2015 *apud* SILVA, 2016, p. 20), que constata:

Os estudos que visam compreender a interconexão entre vulnerabilidade social do território e desigualdade escolar são recentes em todo o mundo e busca unir os avanços da sociologia urbana aos estudos sobre a conformação das populações nas grandes cidades e seus efeitos socioeconômicos e os estudos que buscam apreender a relação entre desigualdade social e escolar.

Partindo desse exposto, Célia Pereira da Silva concluiu, com suas pesquisas documentais e bibliográficas, que o desenho e a implementação de políticas educacionais e de políticas públicas integradas, voltadas ao enfrentamento da influência negativa da vulnerabilidade social no território sobre a distribuição do

conhecimento escolar, é um meio pertinente de ampliar a justiça como equidade nas escolas das grandes cidades.

A partir do apanhado realizado de dissertações cujas autoras dedicaram seus estudos a entender e externar seus conhecimentos sobre assuntos relacionados à escola, às desigualdades sociais e à função do professor nesse universo, iniciamos uma reflexão mais profunda acerca disso nos tópicos posteriores.

2.1 A DESIGUALDADE SOCIAL E SUAS FACETAS

Na sociedade em geral, é possível perceber a manifestação da desigualdade social em diversas circunstâncias, muitas vezes de forma disfarçada. Desde o instante do nascimento do indivíduo, ele já é imerso em uma sociedade capaz de ser extremamente segregadora e violenta; por isso, a luta por condições dignas e justas de vida inevitavelmente inicia-se no berço. Abrucio (2005, p. 48) reforça tal premissa com o seguinte pensamento:

[...] desigualdades socioeconômicas, municipalismo autárquico, metropolização acelerada, problemas de governabilidade, capacidade de gestão, cultura política adversa ao *accountability* democrático, modus operandi das relações intergovernamentais, além da disparidade econômica entre os municípios, pois um contingente enorme não tem condições de sobreviver com recursos próprios.

Com intuito de diminuir a disparidade econômica existente entre municípios e pessoas, o governo tem como função primordial garantir que todo e qualquer indivíduo tenha assegurado seus direitos básicos na sociedade. A esse respeito, Marshall (1988) enfatiza o acesso à saúde como ponto chave para alcançar os direitos sociais, correspondentes às necessidades humanas básicas, assegurando-lhes um bem-estar econômico mínimo, atrelado com o direito a salário, saúde, educação, habitação e alimentação.

De acordo com Carvalho (2008, p. 10), “[...] a ideia é que a justiça social e a igualdade garantam a participação na riqueza coletiva, sua vigência depende de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo.” Então, pensando na desigualdade social como detentora de diversas facetas, surge a de caráter econômico, que é a responsável por grande parte das injustiças sociais. Afinal de contas, não há nada de justo em pessoas possuírem poder aquisitivo para adquirir

mansões, enquanto outros são incapazes de usufruir das suas refeições preferidas. Coadunando o exposto, Campos (2003, p, 185) explicita:

[...] Como lembra Aldaíza Sposati (1997, p. 13), o conceito de pobreza é relativo, refletindo os hábitos, valores e costumes de uma sociedade; entretanto, com a globalização, essa noção passa a aproximar-se de uma medida comum. Os indicadores utilizados para estimar o grau de pobreza de uma sociedade partem de medidas quantitativas comparativas, demarcando os estratos sociais que enfrentam os mais baixos padrões de vida.

Em suma, pessoas pertencentes aos estratos sociais com padrões de vida baixos são colocadas às margens da sociedade e vistas como menos importantes. Além da desigualdade econômica, a faceta racial, que gera preconceito e violência, também pode ser vista em graus estupeficientes. Segundo Silvério e Trindad (2012, p. 910), “[...] o conceito de racialização refere-se aos casos em que as relações sociais entre as pessoas foram estruturadas pela significação de características biológicas humanas, de tal modo a definir e construir coletividades sociais diferenciadas”.

Ainda hoje, há indivíduos que se apoiam nas características biológicas para estabelecer suas relações sociais. Apesar de soar assustador, atualmente a desigualdade racial aparece de forma contundente na nossa sociedade, podendo ser denominada racismo. Blank, Dabady e Citro (2004, p. 55, tradução nossa) afirmam que o “[...] racismo se reproduz por causa das reações de indivíduos cujos comportamentos discriminatórios dispensam formulações cognitivas claras”. Portanto, comportamentos racistas não possuem um sentido lógico para acontecer e devem ser combatidos ao mesmo passo que ocorrem.

Outra forma como a desigualdade social se apresenta está ligada ao gênero. Tal desigualdade causa divergência de pensamentos entre os principais envolvidos, homens e mulheres. Acerca do exposto, Kymlick (2006, p. 312) salienta que

[...] precisamos conceituar novamente a desigualdade sexual como um problema, não de discriminação arbitrária, mas de dominação. [...] A subordinação das mulheres não é fundamentalmente uma questão de diferenciação irracional com base no sexo, mas de supremacia masculina, sob a qual as diferenças de gênero são tornadas relevantes para a distribuição dos benefícios, para desvantagem sistemática das mulheres. [...] como o problema é a dominação, a solução não é apenas a ausência de discriminação, mas a presença de poder. A igualdade requer não apenas igual oportunidade de buscar papéis definidos por homens, mas também igual poder de criar papéis definidos por mulheres ou de criar papéis andróginos, que homens e mulheres tenham igual interesse em preencher. [...] a partir de uma posição de igual poder, não teríamos criado um sistema de papéis sociais que definem os trabalhos “masculinos” como superiores aos trabalhos “femininos”.

Considerando a estrutura familiar, as condições de inserção no mercado de trabalho, os patamares salariais e o papel na sociedade, a desigualdade de gênero ainda é bastante visível. Para Bourdieu (2011, p.112), o trabalho que convém às mulheres se situa no “[...] prolongamento das funções domésticas: ensino, cuidados, serviço”. Portanto, apesar de estarmos em pleno século XXI, há o pensamento retrógrado de que mulheres são incapazes de exercerem o papel que escolhem na sociedade.

Sabe-se que, além dos tipos de desigualdades sociais citadas até o presente momento, existem outras e provavelmente surgirão ainda mais, porém uma que se faz necessário abordar é a educacional, principalmente no que tange à Educação Infantil. Quem deixa essa faceta da desigualdade muito clara é Gentili e Alencar (2012, p. 37) ao afirmar que

[...] os pobres podem ter acesso ao sistema escolar, desde que não se questione a existência de redes educacionais estruturalmente diferenciadas e segmentadas, nas quais a qualidade do direito à educação está determinada pela quantidade de recursos que cada um tem para pagar por ela. Em outras palavras, ao ampliar o acesso e a permanência em um sistema educacional cuja própria estrutura é segmentada, as possibilidades de ingresso e egresso do aparelho escolar acabam sendo também inevitavelmente diferenciadas. Que todos tenham acesso à escola não significa que todos tenham acesso ao mesmo tipo de escolarização.

Ao abordar que, em um sistema educacional, as possibilidades de ingresso e egresso são inevitavelmente diferenciadas, há de se atentar para as facetas das desigualdades que ocasionam tal fato. Desde muitos pequenos, os indivíduos são afetados pela desigualdade social, econômica, racial, de gênero, educacional, entre outras. Como uma das primeiras instituições sociais habitadas pelas crianças, a escola é vista como um dos principais locais para se combater o fenômeno da desigualdade.

Nesse contexto educacional, Bourdieu (2001) salienta que conceitos de violências têm sido trazidos para abordar diversas práticas, hábitos e disciplinas, de tal forma que todo comportamento social poderia ser idealizado como violento, inclusive o pautado nas práticas educativas, tais como na ideia de violência simbólica. Para o autor, a violência simbólica se manifesta, frequentemente, de forma imperceptível. Chauí (1999, p. 3-5), por exemplo, define violência como:

1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato

de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror.

Portanto, a partir dos pensamentos de Bourdieu (2001) e Chauí (1999), compreende-se que negar as características culturais, físicas ou sociais de alguém é uma forma de violência e deve ser evitada. Principalmente quando se trata de uma criança em fase escolar, que se encontra em fase de formação e desenvolvimento de sua personalidade e caráter. Ao contrário de polir seu amadurecimento como indivíduo, as pessoas ao seu redor precisam valorizar o que ela possui de mais bonito: sua história.

2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TODOS

É muito comum escutar que só a educação é capaz de mudar o mundo. Para que essa fala não seja apenas uma utopia, ela precisa, além de dita, ser praticada. Como toda mudança começa da base, nossas crianças da primeira etapa da educação básica carecem de uma atenção especial. Compreender a real função da Educação Infantil e o que ela deve garantir é o primeiro passo. De acordo com Faria (2000, p. 75), a Educação Infantil deve assegurar

[...] o direito à infância sem antecipar a escolaridade do ensino fundamental (no entanto, sem esquecer da necessidade de levar em conta a continuidade destes segmentos de educação das crianças principalmente daquelas de 0 a 10 anos); um ambiente educativo que contemple a indissociabilidade do cuidado/educação das crianças pequenas; o respeito aos direitos fundamentais das crianças.

Por muito tempo, essa etapa educacional foi vista pela sociedade apenas como um passatempo ou como uma instituição assistencialista. Crianças da faixa etária em questão não recebiam a mesma importância que as demais, nem pelos professores, nem pelos órgãos públicos responsáveis. Era uma etapa da educação totalmente desvalorizada. Segundo Muñoz (2006, p. 64, tradução nossa),

[...] por um lado, as crianças têm ganhado visibilidade na presença pública e conseguido lugar na agenda das preocupações políticas e sociais; de outra parte, os problemas de dependência, segregação, exploração e pobreza que as afetam parecem não só mais visíveis, como também maiores em variedade e extensão.

Apesar dessa visibilidade citada, as escolas de Educação Infantil ainda parecem despreparadas para tornar esse ambiente um local de fomento e de valorização das diferenças existentes entre crianças e professores. Na Constituição Federal de 1988, art. 205 consta que “[...] a Educação é um direito de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa [...]” (BRASIL, 1988). No entanto, o que ocorre na prática é diferente, já que existe uma distinção clara de acesso e permanência na escola, desde a Educação Infantil, até pelo fato de, por vezes, esgotarem-se as vagas no setor público e conseqüentemente famílias com condições financeiras estáveis procurarem a rede privada para seus filhos estudarem.

Em alguns casos, a creche é o único ou o principal lugar de alimentação das crianças, já que as que funcionam em horário integral normalmente oferecem cerca de quatro refeições completas para elas, baseadas em suas necessidades nutricionais. Além disso, existe a questão do transporte, que também passa a ser uma dificuldade quando não é oferecido pelo município para as crianças carentes.

Nesse contexto, a escola tem como obrigação primária tratar todos os alunos com base na equidade. Gentili e Alencar (2005, p. 41) explicam que o termo “equidade” “[...] aparece como uma redefinição do conceito de igualdade, substituindo e restringindo o alcance da educação pública, em consonância com o desenvolvimento de políticas focalizadas”. Então, como uma estratégia de diminuição das disparidades sociais, a instituição escolar deve assegurar que todas as crianças sejam capazes de concluir a Educação Infantil apesar das desigualdades sociais e suas cruéis facetas.

[...] Na medida em que opera através de uma relação de comunicação, a ação pedagógica visando inculcar a cultura dominante não pode furtar-se (mesmo parcialmente) às leis gerais da transmissão cultural segundo as quais a apropriação da cultura proposta (e em consequência, o êxito do empreendimento de aprendizagem sancionado por títulos escolares) depende da posse prévia dos instrumentos indispensáveis ao êxito da comunicação os quais, em uma sociedade dividida em classes, são distribuídos de forma bastante desigual entre as crianças das diferentes classes sociais (BOURDIEU, 1992, p. 306).

Assim, o autor critica as escolas no sentido de enxergá-las como neutras em relação aos desafios encontrados por crianças pertencentes a uma parcela da sociedade negligenciada, atribuindo somente a elas seu sucesso ou “insucesso” escolar. Dessa forma, “[...] tratando todos os educandos como iguais em direitos e

deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura” (BOURDIEU, 1998, p. 53).

Fechar os olhos para as desigualdades sociais — raciais, de gênero ou econômica — presentes no sistema escolar é inconcebível, visto que é nele que famílias se apoiam para que suas crianças tenham um futuro diferente daquele que é noticiado em jornais e revistas, por exemplo. A sociedade, de forma geral, é muito injusta com famílias de pouco poder aquisitivo ou diferentes das demais. Dessa forma, “[...] o sistema justo, ou menos injusto, não é o que reduz as desigualdades entre os melhores e os mais fracos, mas o que garante aquisições e competências vistas como elementares para os alunos menos bons [*sic*] e menos favorecidos” (DUBET, 2004, p. 547).

Dito isso, é na escola, mais especificamente na Educação Infantil, que as crianças começam a ter suas primeiras noções de certo e errado, justo ou injusto. Apesar do senso de justiça ser algo complexo e divergente de uma pessoa para outra, Walzer (2003) afirma que a justiça é, portanto, local e vivida de maneira fiel às compreensões partilhadas dos seus membros. A teoria pluralista da justiça social é pautada na igualdade complexa, que abrange uma diversidade de procedimentos e critérios conforme o significado do bem social em causa.

Nota-se que, em diversos casos, crianças muito pequenas têm passado cada vez mais tempo na escola com seus professores e colegas, daí a necessidade de se pensar nesse ambiente como local de acolhimento e afeto, de forma que ele passe a maior segurança e amor possível para cada um desses pequenos seres.

Normalmente a criança é introduzida ao mundo pela primeira vez através da escola. No entanto, a escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo; ela é, em vez disso, a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo. Aqui, o comparecimento não é exigido pela família, e sim pelo Estado, isto é, o mundo público, e assim, em relação à criança, a escola representa em certo sentido o mundo, embora não seja o mundo de fato (ARENDRT, 2011, p. 238-239).

Ao pensar na escola como primeira visão de mundo das crianças, constata-se o seu real poder na vida delas. No “mundo real”, adultos possuem o direito de liberdade de expressão, então, no mundo da criança, ou seja, na escola, essa liberdade também precisa ser levada em consideração para que, desde muito cedo, as crianças aprendam a se posicionar e se expressar de acordo com seus interesses

e suas opiniões. O fomento da autonomia e independência das crianças é fundamental para o desenvolvimento delas!

Por isso, a infância introduz a diferença e a descontinuidade e, nessa diferença e nessa descontinuidade, a possibilidade da comunidade e da história. Uma comunidade que não pode ser concebida a partir do comum, mas a partir da pluralidade, como um entre de onde se desdobram singularidades. E uma história que não pode ser concebida a partir de um tempo contínuo, mas a partir da descontinuidade, como um dever no qual emerge o acontecimento, isto é, a liberdade (LARROSA, 2010, p. 93).

Assim, uma Educação Infantil para todos é aquela que abraça todas as histórias, que oferece possibilidades para que tais narrativas continuem a serem escritas da forma mais brilhante possível, deixando claro que recomeçar é sempre possível. Como declara o autor, a comunidade não pode ser concebida a partir do comum, quer dizer, é através das singularidades de cada um que o todo é desenhado.

Nesse sentido, Bourdieu define um conceito marcante de suas contribuições para as temáticas sociais e educacionais que diz respeito ao *habitus*:

[...] o *habitus* representa a inércia do grupo, depositada em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, apreciação e ação que tendem como mais firmeza do que todas as normas explícitas, assegurar a conformidade das práticas, para além das gerações. O *habitus*, isto é, o organismo do qual o grupo se apropriou e que é apropriado ao grupo, funciona como suporte da memória coletiva: instrumento de um grupo, tende a reproduzir nos sucessores o que foi adquirido pelos predecessores, ou simplesmente os predecessores nos sucessores (BOURDIEU, 1998, p. 112-113).

“[...] Bourdieu afirmou que *habitus* tem a ver com o ‘sentido do lugar da pessoa’ que emerge mediante processo de diferenciação no espaço social. As fronteiras entre um *habitus* e outro são sempre contestadas porque sempre fluidas”, de acordo com Lechte (2002, p. 62-63). Visto isso, é preciso formar crianças cientes de seus direitos e de seu ativismo social para que possam se posicionar diante de toda e qualquer situação, tendo a certeza de que são capazes de ocuparem o lugar que almejem na sociedade.

Freire (1987, p. 27) salienta que o ser humano “[...] é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta autorreflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a razão da educação”. Em consonância com o autor, pode-se dizer que o ser humano vive em constante evolução, podendo sempre ser melhor. É essa certeza que nossas crianças pequenas precisam ter! A escola da Educação Infantil tem como dever fazê-las acreditar que são

capazes e que não estão fadadas ao fracasso, mesmo que tenham ouvido isso em algum momento ou muitos momentos de suas vidas.

2.3 ENSINO E APRENDIZAGEM PARA ALÉM DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cada contexto educacional possui necessidades e singularidades. Professores também foram alunos um dia e, com certeza, experimentaram o sentimento de não assimilar um conteúdo. Por esse motivo, cada vez mais, os cursos direcionados a formar professores devem ser voltados a ensinar mais do que teoria, ou seja, oferecer práticas que capacitem os então alunos a lecionarem e formarem grandes pessoas.

Oliveira (2007, p. 273) reforça que a formação do professor deve proporcionar “[...] possibilidades de atuação pedagógica em direção a uma escola não segregadora, não seletiva, capaz de cumprir plenamente seu papel social, sem separações e sem rupturas”. O professor é quem está com as crianças diariamente em sala de aula, então, ele é, de fato, o maior agente transformador da educação. Sua responsabilidade no desenvolvimento da aprendizagem das crianças é gigantesca, conforme o desafio de fazê-la.

Quando se trata de crianças da primeira infância¹, o desafio de se fazer entender se torna ainda maior, porque algumas ainda não falam, logo, não deixam claro para o professor qual caminho percorrer para alcançá-las. O art. 9º da Resolução nº 5/2009² ressalta que as estratégias de ensino voltadas para a Educação Infantil devem ter como eixos orientadores as interações e brincadeiras e que, para tanto, as escolas devem garantir no processo de desenvolvimento das crianças vivências educativas que:

- I- promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- II- favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

¹ Crianças da primeira infância são as que correspondem ao **período da vida que vai da gestação até os seis anos de idade**.

² Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009.

- III- possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
 - IV- recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;
 - V- ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
 - VI- possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
 - VII- possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;
 - VIII- incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
 - IX- promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
 - X – promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
-
(CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2009).

É inegável que as interações e as brincadeiras são os pontos principais da Educação Infantil, porém a resolução deixa claro que essa etapa da educação básica vai muito além. No geral, é nesse momento que suas maiores curiosidades são despertadas e alimentadas por bons professores! A crianças começam a se descobrir como integrantes do meio em que vivem e responsáveis por sua atuação neles, sendo que muitas de suas ações acontecem como descobertas e memórias que serão levadas pelo resto de suas vidas.

O brincar torna-se assim uma característica marcante e fundamental da Educação Infantil. A partir dele, a criança, por meio de estímulos, começa a conhecer o mundo e a se familiarizar com o que está a sua volta. Como foi verificado no exposto, o ato de brincar transcende o simples manuseio de brinquedos, pois ele se apresenta como chave para o desenvolvimento do indivíduo nos seus primeiros anos de vida e início da vida escolar.

Nesse sentido, Kishimoto (2011) esclarece que toda criança que participa de atividades lúdicas apreende novos conhecimentos e desenvolve habilidades de maneira natural, suscitando um grande interesse em aprender. Salienta-se que o papel do lúdico na educação consiste em propiciar a aprendizagem de forma mais significativa nos primeiros anos de escolaridade. Deixá-las brincar de forma livre faz com que adquiram independência e confiança em suas ações, além de progressivas relações sociais com seus pares, independentemente das desigualdades presentes

nesse contexto. Mais especificamente sobre a desigualdade econômica, Gentili e Alencar (2005, p. 11) apontam:

A maneira como a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacional. Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. Elas são as que têm menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação.

Visto isso, os professores são responsáveis por inovar diariamente sua prática educativa em prol de crianças com mais dificuldades de aprendizagem que, segundo Gentili e Alencar, são aquelas vindas de famílias pobres. Em contrapartida, apesar dos esforços desses profissionais para que todas as crianças aprendam o que é ensinado, o fato de possuírem bagagens sociais tão distintas, ou seja, conhecimentos prévios diferentes, não pode ser ignorado. Mais uma vez, surge o professor como facilitador das relações entre as crianças e entre as crianças e escola! Transformar dificuldades em possibilidades é mais uma função dele, uma vez que se trata de um grande desafio, pois “[...] a apropriação da cultura proposta [...] depende da posse prévia dos instrumentos indispensáveis ao êxito da comunicação”, lembrando Bourdieu (2012, p. 306), já que tais instrumentos são distribuídos desigualmente entre as crianças das diferentes classes sociais.

Não cabe mais uma ação neutra tanto da escola quanto dos professores. Ambos — professores e escola — precisam reconhecer que há sim uma diferenciação dos conhecimentos prévios das crianças, de acordo com as classes sociais. Por exemplo, pais/responsáveis que possuem mais instrução inevitavelmente estimulam mais os seus filhos e oferecem um suporte maior em casa no que diz respeito à escola. Arenhart (2012) afirma que é injusto colocar a culpa nas práticas familiares, já que essas não possuem relação com escolhas e sim com a falta delas diante da imersão nos limites de sua classe social.

Por conseguinte, muitas famílias optam por colocar seus filhos na creche³, para que eles obtenham mais possibilidades na sociedade, já que é a educação que torna o indivíduo capaz de ir além no que diz respeito aos aspectos sociais e profissionais.

³ Creche é um estabelecimento educativo que contempla apoio pedagógico e cuidados com crianças de 0 a 3 anos.

Enxergar uma luz no fim do túnel é muito difícil para famílias desvalorizadas e excluídas da sociedade; em contrapartida, sempre há uma faísca de esperança e ela deve ser alimentada pela escola cujo foco é o desenvolvimento de cidadãos em busca de uma nova realidade, mais leve e promissora. Para Beyer (2005, p. 1),

[...] a condição para que a criança passe por transformações essenciais, que a tornem capaz de desenvolver as estruturas humanas fundamentais do pensamento e da linguagem, apoia-se na qualidade das interações sociais em seu grupo (família, escola, etc.).

Logo, a família se faz tão importante no processo de ensino e aprendizagem quanto a escola, já que as duas instituições sociais são, de fato, indissociáveis. Pensar em formas de aproximar a família da escola é algo importante para obter êxito no desenvolvimento de estruturas fundamentais mencionadas. Claro que, para isso ocorrer, ambas precisam ter consciência do seu protagonismo na vida das crianças.

Em consonância com tal parceria, professor, escola, família e criança adquirem uma segurança maior para afetar e para se deixar ser afetado nesse processo de ensino e aprendizagem. Esse afeto deve ser permanente e contínuo, já que o percurso educacional vai do início ao fim da vida para todos os envolvidos, com foco maior na criança. Deixar-se afetar é um ato de coragem e se evidencia em uma

[...] educação permanente [...] que pode contribuir para maior segurança e satisfação dos professores em relação ao processo de trabalho, o que certamente irá refletir em relações mais salutaras com todos os alunos, com e sem deficiências, e em uma prática pedagógica mais efetiva e inclusiva (VIEIRA, 2014, p. 129-130).

A prática pedagógica deve ser coerente com a realidade, ou seja, deve levar em conta as peculiaridades da comunidade em questão, com o intuito de tornar esse ambiente escolar responsavelmente inclusivo para “[...] identificar esses milhares de excluídos, recuperando-lhes a identidade, a subjetividade e contribuindo para que superem sua clandestinidade” (ROSS, 2002, p. 225).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁴ fundamenta questões de cunho pedagógico e educacional e, ao abordar a Educação Infantil, ela evidencia que “[...] parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações

⁴ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de definir o conjunto de aprendizagens consideradas essenciais para o desenvolvimento dos estudantes ao longo de cada uma das etapas do Ensino Básico.

que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC], 2018, p. 37). Sabe-se que o processo educacional é contínuo e cada avanço deve ser observado e valorizado. Na Educação Infantil, isso merece ainda mais atenção, visto que os métodos avaliativos são reduzidos e, na sua maioria, subjetivos, porém, apesar disso, a evolução da aprendizagem é percebida por intermédio de

[...] diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças (MEC, 2018, p. 37).

Tais registros são de suma importância não só para a avaliação dos professores no momento em questão, mas também para o decorrer da vida escolar e pessoal das crianças. É por meio deles que suas famílias poderão se sentir mais próximas de suas conquistas na escola e, por meio deles, suas recordações de infância serão lembradas quando forem adultos. Como a BNCC deixa claro, esses registros não possuem como objetivo medir o grau de desenvolvimento das crianças, mas sim agrupar elementos que potencializem o trabalho pedagógico.

Dessa forma, articular o trabalho do professor com a consciência inclusiva gera “[...] possibilidades de atuação pedagógica em direção a uma escola não segregadora, não seletiva, capaz de cumprir plenamente seu papel social, sem separações e sem rupturas” (OLIVEIRA, 2007, p. 273). Esse é, de fato, o desenho da escola que os apoiadores da educação têm em mente para que o processo de ensino e aprendizagem flua de forma satisfatória.

É necessário fazer adaptações curriculares a fim de potencializar esse processo: “[...] é preciso reconhecer que cada aluno aprende de uma forma. Respeitar a individualidade de todas as pessoas significa dar oportunidades para todos aprenderem os mesmos conteúdos, fazendo as adequações necessárias do currículo” (HEREDERO, 2010, p. 198). O autor ainda reforça que adaptações curriculares, de pequeno ou mesmo de grande porte, resultam em estratégias básicas para atenção à diversidade, devendo então serem inseridas no projeto pedagógico-político (PPP) das escolas. Segundo Romão (1998, p. 123-124).

[...] o projeto político-pedagógico da escola é um processo, um caminhar no cotidiano escolar inserido na realidade mais ampla que o tem como elemento

constitutivo, a partir da socialização da discussão crítica de sua história, de sua singularidade, de suas realizações e fracassos, de suas potencialidades e dificuldades. Em resumo, o projeto político-pedagógico da escola é o processo instituinte permanente de uma nova instituição dentro do instituído.

Portanto, o PPP, reflete diretamente no desenrolar do processo educativo, sendo de grande valia para promover uma educação que vai além das desigualdades sociais. Dessa forma, a escola torna-se um lugar seguro e confortável, onde crianças de qualquer classe social são valorizadas e acolhidas, propiciando relações de confiança entre todos os envolvidos para que o objetivo final seja alcançado: a aprendizagem.

3 METODOLOGIA

O ato de pesquisar por si só é algo complexo e desafiador. Quando se trata do mundo social, mais especificamente, de uma instituição escolar, o processo torna-se ainda mais instigante. Adentrar na realidade de alunos e professores requer cuidado e respeito, uma vez que cada indivíduo possui o seu modo particular de ser e agir, devendo ter os seus limites respeitados. Pesquisador e pesquisados precisam estabelecer de forma muito clara o passo a passo da pesquisa antes de ser iniciada.

Ao assumir o papel de pesquisador, é necessário ter em mente que o trabalho precisa ser imparcial e que conceitos previamente estabelecidos serão constantemente desconstruídos e reconstruídos ao longo do percurso. Apesar de possuir opiniões formadas sobre determinados assuntos e, por vezes, imaginar um resultado para a pesquisa, o rumo tomado pode ser totalmente contrário ao que se esperava no início. Esse é um dos encantos do ato de pesquisar: surpreender-se com o novo e mudar a prática a partir dele.

Conviver com crianças é excitante, uma vez que, a todo tempo, algo surpreendente acontece. Ações, quando executadas muitas vezes, tendem a se repetir da mesma forma, mas, quando o assunto é criança, isso pode ser diferente. Por exemplo, algo que para um adulto é simples e mecânico, para crianças é desafiador e estimulante. Pode-se pensar em algo simples para exemplificar: o ato de beber água. Pessoas adultas enxergam como algo simples e prático, todavia crianças da Educação Infantil tornam até esse ato simples e corriqueiro algo divertido, prazeroso e, por que não dizer, instigante!? As crianças são capazes de ensinar grandes lições aos adultos, principalmente a de valorizar os pequenos e comuns momentos da vida.

Não há um padrão fechado para executar uma pesquisa. Existem formas e tipos de pesquisas, porém a execução varia de acordo com diversos fatores, como: sujeitos da pesquisa, local da pesquisa, instrumentos para coleta de dados e, até mesmo, pesquisador. Assim, “[...] o valor da teoria é permitir-nos ver o que até aí era invisível e ver por outro prisma o que já era visível” (GRAUE; WALSH, 2003, p. 43). Portanto, apesar da busca teórica por definições e maneiras de pesquisar, só a prática tornará visível o que, até então, era invisível aos olhos do pesquisador.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Cada pesquisa possui sua singularidade e características fundamentais que as descrevem. No contexto educacional, em que o objetivo geral do presente trabalho foi compreender como a desigualdade social impacta o ensino e a aprendizagem de crianças da Educação Infantil, há uma clara relação entre o ambiente e os sujeitos. Desse modo, a pesquisa caracterizou-se como quantitativa e qualitativa. A abordagem qualitativa “[...] parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado”. (ALVES, 2013, p. 54). Acerca da pesquisa quantitativa, Knechtel (2014) ressalta que ela pode ser aplicada sobre um fenômeno social ou humano, baseada em uma teoria que abrange variáveis quantificadas em números, verificada de modo estatístico, com o intuito de concluir se tal teoria se sustenta ou não.

Ao levar em conta os objetivos, a pesquisa foi exploratória e descritiva. Segundo Gil (1991), a exploratória visa promover maior familiaridade com o problema, de forma a torná-lo explícito. A pesquisa descritiva tem “[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 1991, p. 46). Visto isso, foram estabelecidas relações entre as variáveis existentes no processo investigativo, de forma que, ao final, apesar da subjetividade presente no tipo de pesquisa em questão, foi possível alcançar respostas para o problema propulsor da pesquisa.

É possível afirmar que “[...] se os pesquisadores fossem totalmente maduros, eles saberiam todas as respostas, não necessitariam fazer pesquisa” (FERNANDES, 2016, p. 771). Então, o desejo de conhecer, de se aprofundar na realidade do outro e de estabelecer relações entre a teoria e a prática permeia o universo das pesquisas científicas; afinal não haveria sentido buscar respostas se não fossem as perguntas. A curiosidade move a busca por descobertas e é essa curiosidade que revela a sede por aprender e por compartilhar todos os dados que são gerados a partir das pesquisas.

3.2 DOS SUJEITOS AO UNIVERSO DA PESQUISA

Essa elaboração científica teve como universo de pesquisa um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), situado na Praia de Marobá, no município de Presidente Kennedy/ES. A localidade em questão possui poucos habitantes e comércios, onde a pesca assume o papel de principal atividade econômica. Esse CMEI foi inaugurado em 2014 e seu nome foi escolhido como forma de homenagem à mãe da então prefeita do município.

Nesse Centro, atendem-se crianças de 0 a 3 anos incompletos, divididas em 7 turmas, entre berçários e maternais⁵. Todas essas turmas possuem 4 profissionais em sala, sendo duas professoras regentes e duas auxiliares de turma; além disso, pode-se salientar que, entre as duas professoras de cada sala, uma é de caráter efetivo. Já a equipe gestora é formada por uma diretora, duas coordenadoras e uma secretária escolar. O CMEI possui um pátio externo grande e uma área interna com brinquedos para as crianças, além de amplo refeitório, banheiro e salas de aula confortáveis.

Para esta pesquisa em questão, tivemos como foco uma turma de Maternal I, que possui 17 crianças matriculadas, e uma turma de Maternal II, com 16 matriculadas, abrangendo crianças de 2 anos a 3 anos. Os professores dessas turmas foram convidados a participar do universo populacional da pesquisa, totalizando quatro professoras, além da diretora dessa instituição de ensino, já que a escola não possui pedagogo para atendê-la. As entrevistadas receberam um termo de consentimento para ficarem cientes da participação na pesquisa.

3.3 DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS AOS INSTRUMENTOS DE DADOS UTILIZADOS

A tarefa de investigar requer uma escolha minuciosa acerca dos procedimentos técnicos e instrumentos que serão utilizados para coletar dados. Antes de almejar as respostas, o pesquisador precisa ter em mente quais são, de fato, suas dúvidas e, antes de observar atentamente sujeitos ou situações, ele precisa estabelecer a direção e o que está por trás do seu olhar. Só é possível chegar a algum lugar se o

⁵ Os berçários são turmas que correspondem às crianças de 0 a 2 anos completos até 31 de março; os maternais correspondem às crianças de 2 a 4 anos completos até o dia 31 de março.

pesquisador souber para onde quer ir. Mesmo que a direção mude no caminho, o seu destino permanece intacto.

As perguntas são motor da investigação. Uma vez no campo produzirá boas perguntas na razão direta da qualidade das perguntas que tiver trazido consigo. Ir para campo sem perguntas é mesmo que ir dançar sem sapatos de dança. A dança não está nos sapatos, mas pelo menos estes mantêm-nos no chão (GRAUE; WALSH, 2003, p. 116).

Em relação aos procedimentos técnicos, foram utilizados a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso e a pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica, buscou-se “[...] compreender as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema-problema ou recorte, considerando-se a produção já existente” (HORN; DIEZ, 2003, p. 73). Sobre a pesquisa de campo, Marconi e Lakatos (1996) explicam que se trata de uma fase posterior à pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca obter conhecimento sobre o problema da pesquisa. Acerca do estudo caso, Fonseca (2002, p. 33) afirma:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

Para a produção de dados, foram utilizadas as entrevistas. A respeito delas, Manzini (1991, p. 154) enfatiza que são “[...] focalizadas em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”. Para o autor, realizar a pesquisa desse modo torna possível o surgimento de informações de forma mais livre, sem estarem atreladas a um padrão de alternativas. Dessa forma, a entrevista deu liberdade para esses profissionais se expressarem de forma leve e clara sobre suas práticas educativas em prol das crianças, sobre os desafios que enfrentam e o que fazem na prática para superá-los.

As entrevistas foram realizadas com as professoras das turmas em questão e com a diretora de forma individual no dia 25/11/2022. Elas foram gravadas por meio de áudio mediante autorização e posteriormente transcritas para a obtenção dos

resultados. Foi elaborado um roteiro com oito perguntas para as professoras e outro com cinco perguntas destinadas à diretora. Ambos os roteiros constam nos APÊNDICES A e B, respectivamente.

Além disso, com a finalidade de definir o perfil socioeducacional das crianças contempladas na pesquisa, foram analisadas suas fichas de matrícula, em que foi possível obter diversas informações fundamentais, como situação habitacional das famílias; nível de escolaridade dos responsáveis; vida profissional dos responsáveis; participação ou não no Programa Bolsa Família. Por último, foi feita uma análise das fichas descritivas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação do município de Presidente Kennedy que contêm informações acerca da aprendizagem das crianças ao longo do ano de forma individual. Em suma, após os dados obtidos, foi possível elaborar um produto educacional que fomente o trabalho do professor da Educação Infantil, apesar das barreiras impostas pela desigualdade social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Fala-se muito sobre o termo “desigualdade social”, porém poucas pessoas atentam ao seu significado de fato e ao que esse fenômeno representa na vida dos indivíduos, principalmente no que tange à educação. Nesse contexto, para esta pesquisa, foi realizada uma entrevista com cinco profissionais da educação atuantes no Centro Municipal de Educação Infantil “Liane Quinta”, sendo quatro professoras regentes de duas turmas de maternal e a diretora. Chamaremos de Professor A, Professor B, Professor C e Professor D e Diretora. Foi elaborado um roteiro de entrevista para as professoras e outro para a diretora.

Na primeira pergunta, buscou-se compreender o que as cinco profissionais entendem sobre desigualdade social.

A desigualdade social é muito relacionada aos aspectos econômicos, mas vai muito além da condição financeira de um determinado grupo. As próprias condições culturais, costumes, hábitos, condições de vida do ambiente onde o grupo vive... acredito que tudo isso interfere. Assim, temos a desigualdade de condições entre um grupo mais elevado para aqueles que não possuem tantas condições em todos os aspectos (Professora A).

A desigualdade social são classes diferentes. Pessoas que têm condições sociais, financeiras e econômicas diferentes (Professora B).

A desigualdade social é a diferença existente da sociedade onde ela é avaliada num aspecto cultural, econômico e educacional (Professora C).

Acredito que desigualdade social sejam as diferenças presentes em vários segmentos da sociedade, seja voltado para fatores sociais, educacionais, entre outros (Professora D).

São as diferenças sociais que existem entre as pessoas. A classe social do indivíduo interfere positiva ou negativamente na qualidade de vida das pessoas (Diretora).

Percebe-se que as concepções dos profissionais acerca da desigualdade social são bem semelhantes. A professora A enfatiza a “desigualdade de condições entre um grupo mais elevado para aqueles que não possuem tantas condições em todos os aspectos”, o que vai ao encontro da definição de Salgado (2010, p. 1) sobre esse fenômeno:

A desigualdade social é todo aquele processo e situação de diferenciação social e/ou econômica. Em termos sociológicos, diz-se que a desigualdade é social na medida em que essa diferenciação é produto da interação entre sujeitos sociais; nesse sentido, tanto o acesso diferenciado às oportunidades como à riqueza econômica se realiza dentro de um sistema de relações de sentido e poder que geram distinção, estigma, vulnerabilidade, exclusão, tanto no nível individual como no nível coletivo.

Vemos então a desigualdade social diretamente ligada à interação entre os sujeitos sociais, imersos nas diversas instituições sociais. A escola, como instituição social, é um local composto por intensas interações sociais e envolve sujeitos de diferentes classes e diferentes idades. A relação principal presente na escola é a que envolve o aluno e o professor, ou seja, o processo de ensino e aprendizagem. Essa relação leva à segunda pergunta: Na sua concepção, a desigualdade social compromete o processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação infantil?

As professoras A B e C responderam que a desigualdade social interfere sim no processo de ensino e aprendizagem. A professora D respondeu “talvez”, enquanto a diretora respondeu que não interfere. De acordo com a resposta dessa segunda questão, a pergunta 3 solicitou aos professores que responderam de forma positiva a questão 2 que descrevessem de que forma a desigualdade social compromete o processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil.

De acordo com a condição de cada criança, sempre existirão aqueles que são um pouco mais avançados porque tiveram condições, contato com situações, materiais, vivências familiares que favoreceram isso e também tem aquelas crianças que têm uma carência muito grande de tudo isso, até mesmo de afeto, de alimento, de roupas, infraestrutura em casa e na escola. Então, na sala de aula, podemos ter vários contextos diferentes e com certeza isso dificulta o trabalho do professor no momento de trabalhar determinados conteúdos porque uma criança que já tenha um conhecimento sobre isso e outras não, então, existe também essa desigualdade dentro da sala de aula (Professora A).

É todo um contexto, uma coisa tá ligada a outra. A pessoa que tem condição social diferente, uma condição social diminuída, ela, conseqüentemente, também tem atraso no processo de ensino e aprendizagem. A falta de alguns recursos acaba influenciando sim na Educação Infantil, Ensino Fundamental e em qualquer etapa da educação, porque é todo um processo. As crianças que não possuem boas condições de moradia, de alimentação, de sono, conseqüentemente vão ter algumas dificuldades no processo de ensino e aprendizagem (Professora B).

Na Educação Infantil, nós já nos deparamos com questões em relação à alimentação, sendo uns mais bem alimentados do que outros. Outros chegam, em especial na creche, em situação que a gente precisa dar um banho, dar um acolhimento maior em relação aos cuidados pessoais mesmo. E querendo ou não, a gente percebe que faz diferença (Professora C).

As falas das professoras se relacionam e se complementam. De acordo com elas, o processo de ensino e aprendizagem e a desigualdade social estão diretamente ligados, ressaltando questões como: alimentação, situações de moradia e infraestrutura, situação econômica, conflitos em casa, acessos diferentes às oportunidades.... Então, na concepção dessas professoras, uma situação não se dissocia da outra, ou seja, o que a criança vive fora da escola está interligado à forma

como os processos de ensino e aprendizagem irão acontecer. Gregorutti (2013, p.71) afirma que a pobreza

[...] pode interferir em vários domínios da vida da família, como na alimentação, no acesso a serviços de saúde, nas oportunidades de lazer, no bem-estar emocional dos seus membros, na interação familiar [...] as famílias que apresentam instabilidade financeira são mais suscetíveis ao estresse que pode atingir a todos os membros, inclusive a criança.

Diante do exposto, fica claro que as crianças são afetadas e influenciadas pelas vivências externas à escola. Portanto, um ambiente familiar não conflituoso contribui para a vida escolar das crianças, além do acesso aos serviços básicos da dignidade humana, como alimentação, serviços de saúde, oportunidades de lazer etc. Quando estamos bem emocionalmente, conseqüentemente nos saímos melhor nas diversas atividades — educacionais, pessoais, profissionais... — e com a criança não é diferente. Ela também é afetada pelas situações e relações a sua volta, o que acaba afetando sua vida escolar. Para Carneiro (2012, p. 86),

[...] talvez o maior desafio esteja na prática pedagógica. Embora todos os aspectos mencionados sejam fundamentais e estejam atrelados uns aos outros, a ação pedagógica direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno.

A partir da constatação da interferência feita pelos aspectos econômicos, sociais e familiares, a prática pedagógica precisa ser pensada de forma a amenizar as dificuldades das crianças advindas dessas interferências.

Dito isso, a quarta pergunta da entrevista foi realizada para as quatro professoras: Quais ações você desenvolve como educador para amenizar os possíveis impactos causados pela desigualdade social na sua prática docente?

*Enquanto educadora, acredito que o meu papel seja de fato amenizar essas diferenças/desigualdades da forma que é possível pra nós e diante das dificuldades. O que vejo que é possível fazer é oferecer uma boa alimentação pra todos, principalmente para aqueles que não possuem condições pra isso... em relação às vestimentas, porque às vezes, nos deparamos com crianças que não possuem nem roupas adequadas ou em um bom estado de uso. Então, sempre procuramos providenciar uma roupinha pra criança passar o dia e não se sentir inferior aos outros. Tentando atender às demandas, conforme forem acontecendo as situações (Professora A).
A gente tenta diminuir o máximo possível essa desigualdade e diferenças, trabalhando de forma que a gente faz o possível pra colocar que todos somos iguais e que temos as mesmas condições de aprendizagem, que nós temos diferenças, claro que as crianças não são iguais, nós não somos iguais, mas temos que respeitá-las e compreendê-las, mas fazendo o possível pra tratar todos de uma forma igual. Então, penso que se a gente trabalhar isso com as crianças, dando as mesmas condições dentro de sala, de alimentação, de*

higiene, isso já ameniza um pouco, apesar de não resolver totalmente a situação, já que isso vêm das famílias (Professora B).

São várias as ações que a gente pratica tentando amenizar esse impacto que eles sofrem. Trabalhando essa questão principalmente por meio de brincadeiras, levando-os a trabalhar a questão da igualdade, fazendo com que percebam que, apesar das diferenças que eles percebem no mundo, no dia a dia deles, mas que em sala de aula a gente tenta amenizar essa situação através da brincadeira, através da nossa rotina. A gente tenta agir de forma igualitária! Mostrando para eles que apesar dessas dificuldades que eles encontram em vários fatores e na escola, eles podem encontrar um acolimento nesse aspecto (Professora C).

Costumo desenvolver ações de acolhimento como forma de amenizar os impactos causados pela desigualdade social (Professora D).

É possível perceber que as ações das professoras visam, principalmente, diminuir as desigualdades e as diferenças existentes no contexto educacional da Educação Infantil. De acordo com elas, isso ocorre por meio da oferta de uma boa alimentação, visto que nem todos possuem uma boa alimentação em casa.

Muitas vezes esses alunos só vão ter a refeição do dia quando estão na escola. Tem em casa, nem sempre eles têm, ou não têm naquela proporção, naquela questão de vitaminas... porque os pais acabam fazendo aquilo que dá né!? (Professora C).

A professora A refere-se também às vestimentas das crianças: “[...] *sempre procuramos providenciar uma roupinha pra criança passar o dia e não se sentir inferior aos outros*”. A ideia fundamental é fazer com que as crianças se sintam inclusas naquele ambiente, de forma igualitária.

Inclusão e exclusão são facetas de uma mesma realidade: discutir mecanismos para viabilizar a inclusão social, econômica, digital, cultural ou escolar significa admitir a lógica intrinsecamente excludente presente nos atuais modos de organização e produção social que se querem modificar (MATISKEI, 2004, p. 187).

Implementar a inclusão de crianças no contexto educacional não quer dizer ignorar suas diferenças. Como o autor salienta, é preciso admitir as diversas formas de exclusão presentes da sociedade; afinal de contas, antes de tentar resolver uma dificuldade, faz-se necessário admitir sua existência. A professora B ressaltou que proporcionar as mesmas condições de ensino, de alimentação e de higiene para as crianças ameniza os impactos causados pela desigualdade social, apesar de não os resolver completamente, uma vez que vêm da família. Segundo Mittler (2003, p. 139),

[...] são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aulas que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola. As formas através das quais as

escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todas as crianças.

Portanto, apesar das condições de vida de cada criança para além dos muros das escolas, experiências vividas durante sua vida escolar previnem a exclusão e têm o poder de melhorar sua qualidade de vida e de aprendizagem. Afinal, é na Educação Infantil que as primeiras descobertas são feitas e que os primeiros sentimentos são experimentados. O que se vive na infância se torna memorável, positiva ou negativamente.

Por intermédio da pergunta 5, buscou-se saber se as professoras incluem atividades voltadas para o tema “desigualdade social” em seus planejamentos. A professora D respondeu que não inclui, uma vez que, quando perguntada se a desigualdade social compromete o processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil, respondeu “talvez”. Contrapondo a visão da professora D, as demais professoras e a diretora responderam de forma positiva, apesar de duas delas afirmarem que essas atividades não aparecem de forma direta em seus planejamentos.

No planejamento, acredito que não seja trabalhado algo diretamente voltado para a desigualdade social, porque ficamos muito presos aos livros ou para outros conhecimentos mais usuais e acaba não tendo muito tempo para trabalhar esses temas mais diversificados (Professora A).

Sim, não diretamente, mas sim. Quando trabalhamos questões em relação às condições de vida de cada um, quando a gente relaciona o tipo de moradia de uma criança e de outra, tipo de alimentos que temos acesso (Professora B).

Planejar é uma função inerente do trabalho docente e requer intencionalidade e bastante reflexão. Além dos livros didáticos, os alunos precisam ter contato com temas que extrapolam o âmbito educacional, já que uma das funções da educação é formar cidadãos capazes de atuarem de forma ativa e justa na sociedade. Incluir atividades voltadas para a desigualdade social no planejamento é fundamental desde a Educação Infantil e isso fica claro a partir do trecho da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas

desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes (MEC, 2018, p. 15).

Dessa forma, constata-se os desafios dos professores na hora de elaborar o planejamento, justamente pelo fato de que os estudantes são diferentes. As desigualdades entre os grupos são visíveis em uma sala de aula, seja ela racial, econômica, social e/ou de gênero, como explicita a BNCC. As Secretarias de Educação e as instituições escolares precisam priorizar esse fato ao pensar no planejamento anual das atividades curriculares.

A pergunta 6, direcionada às professoras, foi a seguinte: no contexto educacional em que você está inserida, a desigualdade social está presente? As respostas foram unânimes, todas responderam que sim. Para a Professora A, “[...] *infelizmente é uma realidade que faz parte da grande maioria das escolas*”. Posteriormente, a Professora B reforça que a desigualdade social “[...] *está presente, é visível, é muito clara a condição das crianças. A gente percebe quem têm condições um pouco melhores e quem não tem*”. A Professora C destaca que “[...] *é um fator que não tem como ninguém fugir. Infelizmente, a desigualdade social existe em todos os lugares, embora a gente não queira que ela exista*”.

Todas as entrevistadas percebem a existência da desigualdade social em seu contexto educacional. A fala da Professora C carrega o sentimento de impotência ao passo de não podermos impedir a existência desse fenômeno indesejado nas escolas.

A escola delimita espaço. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santos ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos (LOURO, 1997, p. 58).

A partir da crítica do autor, torna-se explícito o que a escola é capaz de fazer com sujeitos diferentes. Como instituição social, ela precisa representar um local de acolhimento e de liberdade para que as crianças possam se enxergar como pertencentes do meio em que estão inseridas. “A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca” (FREIRE, 1987, p. 18). Ele ressalta ainda que a “[...] *libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela*”

(FREIRE, 1987, p. 17). Desde muito novos, os indivíduos travam batalhas pelo simples direito de existir e de resistir na sociedade; por isso, a escola precisa ensinar as crianças a lutarem pela liberdade e não impor que sejam ou que façam o que vai contra sua cultura, suas crenças ou seus ideais familiares.

A pergunta 7 foi uma continuação da anterior. As professoras, caso respondessem de forma positiva sobre a presença da desigualdade social no contexto educacional em que estão inseridas, deveriam responder se a rede de ensino em que atuam está preparada para lidar com isso.

A rede em que eu trabalho oferece excelentes condições para lidar com essas questões. Nós recebemos alimentação, fraldas, as crianças têm material, mochila, caderno, lápis... todo material escolar necessário. Acredito que isso contribui para, de certa forma, nivelar um pouco a condição, pelo menos em questão ao custeio de materiais que uma boa parte das crianças não teria condição de adquirir. Mas, é óbvio que isso não é suficiente pra atingir a situação como um todo (Professora A).

Não sei se está exatamente preparada, não sei até que ponto seria estar preparado, mas vejo que as crianças são tratadas de forma igualitária nas escolas. Eu vejo que as mesmas condições que uma criança tem dentro da escola, os mesmos acessos, todas têm. Então, penso que dentro da escola não há algum tipo de discriminação, reserva ou algum tipo de tratamento diferente, pelo menos não deveria haver. Mas, não sei se isso seria o suficiente (Professora B).

É muito triste ver os nossos alunos passarem por certas situações e muitas vezes não poder ajudar. E o máximo que a gente pode fazer, a gente faz sim, graças a Deus. Mas levando em consideração a questão. Preparada... eu não acho que ela está. Ela não deixa de trabalhar essa questão da desigualdade social não, buscando uma igualdade social. Mas preparada, acho a gente nunca vai estar. Porque a gente sempre se depara com situações novas e inusitadas que a gente procura alternativas para solucionar a situação. Mas não porque nós estamos preparados ou aptos para aquilo (Professora C).

A Professora D respondeu apenas que não, sem justificativa ou explicação. Exceto pela resposta dessa professora, as demais respostas se relacionam entre si. Embora, para elas, a rede de ensino não esteja de fato preparada para lidar com a presença da desigualdade social no contexto escolar, ela oferece condições para que as crianças usufruam das mesmas condições na escola.

Marcolino (2013, p. 29) enfatiza que “[...] a Educação Infantil é o tempo/espaco em que condições são intencionalmente criadas com o objetivo de promover a aprendizagem e desenvolvimento integral da criança”. O autor ressalta a importância da oferta de condições para o desenvolvimento global das crianças, que, de acordo com as falas das professoras, são oferecidas pela rede de ensino e visíveis na escola. Alimentação, material escolar e fraldas são elementos essenciais oferecidos pelo município para todos os estudantes, independentemente de sua condição social.

Na educação, a igualdade não é concebida como um princípio abstrato, mas como uma crítica às desigualdades. Pensar uma educação igual não é desejar uma igualdade perfeita, que é utópica; mas é querer reduzir uma parte das desigualdades em face à instrução, que podem ser ligadas ao território onde se vive, à origem social, ao sexo, à religião etc. As diferenças de condições entre os indivíduos não devem ser definitivas. Somente a igualdade em direitos é definitiva e o objetivo de uma sociedade justa é dar a possibilidade, a cada um, de escolhas e de encontros com o novo. As diferenças sociais não devem ser ligadas nem à nascença, nem à fortuna dos pais, nem aos hábitos culturais, nem à religião, nem ao sexo, nem à cor da pele e etc (POCHMANN; FERREIRA, 2016, p. 1245).

O trecho anterior relaciona-se com as falas das entrevistadas. Elas explicitam suas frustrações ao falar que o que é oferecido pela rede de ensino, pela escola ou o até mesmo feito por elas não é suficiente para eliminar a desigualdade social no âmbito escolar. A função da educação é reduzir essas desigualdades por meio da igualdade de direitos e de um tratamento equitativo, que não seja influenciado por questões raciais, econômicas, de gênero ou por qualquer outro fator capaz de gerar alguma diferenciação entre os pares.

A última pergunta da entrevista, também direcionada apenas às professoras, foi a seguinte: você acha necessário que a Secretaria de Educação promova formações continuadas voltadas para essa temática? Se sim, justifique o porquê dessa necessidade. Para a Professora D, “[...] a escola recebe muitos alunos em situação de vulnerabilidade provocada pela desigualdade social, então os professores devem sim receber uma formação para lidar com a situação”. As falas das outras professoras seguiram essa mesma linha, como pode ser visto a seguir.

Acredito que as formações seriam algo importante para que os professores pudessem refletir e pensar sobre essas condições. Porque, muitas vezes, acaba se tornando algo banal.... Por mais que a gente presencie, viva aquilo no dia a dia, acaba passando. Não damos tanto valor e não procuramos formas de trabalhar em cima daquilo. Então, chamar a atenção pra isso, promover reflexões, trocas de experiências, acredito que seja uma boa alternativa (Professora A).

Não sei se há uma necessidade de formações para essa temática, de repente uma formação, algumas orientações... porque é um tema relevante, é muito importante, penso que a maioria das pessoas conhece, sabe sobre esse tema. Então, penso que formação sempre é bom, não sei da necessidade de quantas formações, porque deveria ter uma proposta bem relevante que contribua de forma significativa para diminuir esses impactos (Professora B).

Eu acho muito interessante, é um tema muito legal para poder ser abordado. Eu acredito que nem só na Educação Infantil, porque quando se trata de desigualdade social, muitas vezes, infelizmente, ela vai se estendendo da Educação Infantil em diante, e é uma coisa que a gente quer mudar, esse quadro. A gente quer mudar desde a Educação Infantil, já trabalhar mudando essa realidade da criança. E nada melhor do que as formações né, então eu acho muito importante sim (Professora C).

Fica elucidado o desejo das entrevistadas para que haja formações com o intuito de promover trocas de experiências e reflexões sobre o tema; afinal de contas, na escola, o tempo é restrito e as obrigações são inúmeras, o que faz com que os professores não tenham esse momento de interação sobre esse tema e outros tão relevantes. Nesse sentido, foi perguntado à diretora se o tema é abordado em reuniões internas na instituição de ensino a qual lidera. Segundo ela, “*Sim! Geralmente, nas reuniões de Conselho de Classe, quando abordamos sobre a participação da criança nas atividades que envolvem o cotidiano familiar*”.

A respeito disso, Freire (1987, p. 14) preconiza que “[...] a prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo”. O ser humano é falho por natureza e o professor não é isento disso! Quanto mais pensamos, quanto mais trocamos experiências, mais chances temos de pensar e praticar o certo. O intuito da formação é justamente este: propiciar ao professor esse momento de forma leve e enriquecedora.

Sabemos que não é fácil, no Brasil, sobreviver dessa profissão (salários baixos, jornada extensa e condições materiais difíceis) nem tampouco sobreviver nessa profissão, considerando o desgaste físico, emocional e cultural (pouco tempo e estímulo para se atualizar) a que os professores são, em geral, expostos em sua trajetória profissional. Essa realidade torna-se bem mais explícita diante das recorrentes “novas exigências” criadas para cumprimento pelos professores. Nesse contexto, não é fácil o professor desenvolver uma imagem positiva da profissão docente. Mais difícil ainda se aos próprios cursos reforçarem essa imagem negativa do ser professor (GUIMARÃES, 2006, p. 90).

Diante disto, ficam explícitos alguns dos desafios da profissão e como as formações assumem um papel fundamental para atenuá-los. Em contrapartida, tais formações precisam ser pensadas para potencializar o trabalho do professor e não fazerem com que se sintam frustrados ou incapazes diante das dificuldades geradas pela desigualdade social no processo de ensino e aprendizagem, por exemplo. Sobre isso, Freire (1996, p. 42) explica que

[...] é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente de deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o processo formador.

Deixar de lado a utopia do pensar e fazer sempre o certo em prol de uma educação perfeita é o primeiro passo para se poupar das decepções inerentes da

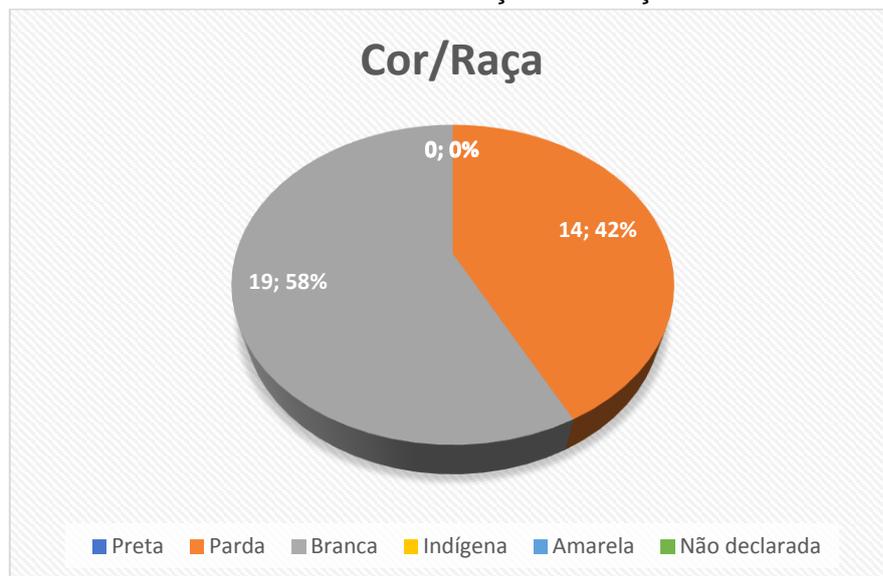
prática docente. Não há fórmula mágica, há o professor e o processo formador que, de forma conjunta, podem alcançar grandes realizações com vistas a uma educação digna e merecedora das nossas crianças, jovens e futuros adultos.

4.2 ANÁLISE DAS FICHAS DE MATRÍCULA – PERFIL SOCIEDUCACIONAL

Além de obter a visão das profissionais da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil “Liane Quinta” acerca da relação da desigualdade social com processo de ensino e aprendizagem das crianças do maternal, nesta seção será definido seu perfil socioeducacional, a partir da análise de suas fichas de matrícula (ANEXO B).

Essa análise foi feita a partir da coleta de dados referentes a 7 itens da ficha, sendo eles: cor/raça da criança; nível de escolaridade do pai; nível de escolaridade da mãe; profissão do pai; profissão da mãe; situação habitacional familiar e Programa Bolsa Família. Para facilitar a visualização e o entendimento dos dados, eles serão, a seguir, apresentados em forma de gráficos. Vale ressaltar que foi analisado um total de 33 fichas de 33 crianças.

Gráfico 1 – Cor e raça da criança



Fonte: Elaboração da autora (2022).

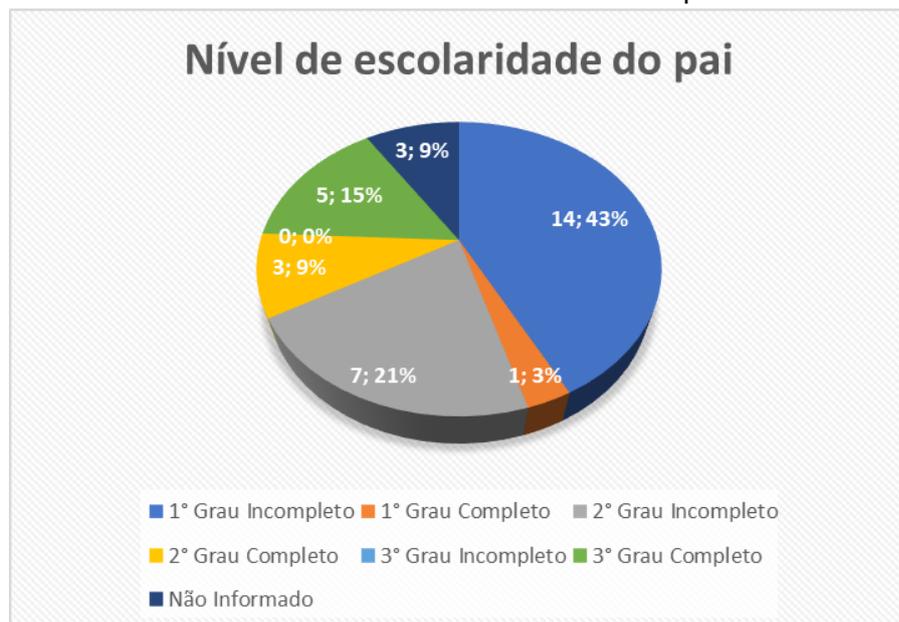
No Gráfico 1, é possível observar que, das 33 fichas de matrícula analisadas, em nenhuma delas há a definição da criança como “indígena”, “amarela” ou “preta”. Todas foram definidas como “parda”, 14, ou como “branca”, totalizando 28. Louro

(2000, p, 6) afirma que “[...] reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpretação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência”. Quer dizer, estabelecer-se apenas como pardas ou brancas significa que não há crianças de outras etnias ou, caso haja, as famílias preferem negar.

As afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade. Dizer que “ela é chinesa” significa dizer que “ela não é argentina”, “ela não é japonesa” etc., incluindo a afirmação de que “ela não é brasileira”, isto é, que ela não é o que eu sou. As afirmações sobre diferença também de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis (SILVA, 2000, p. 75).

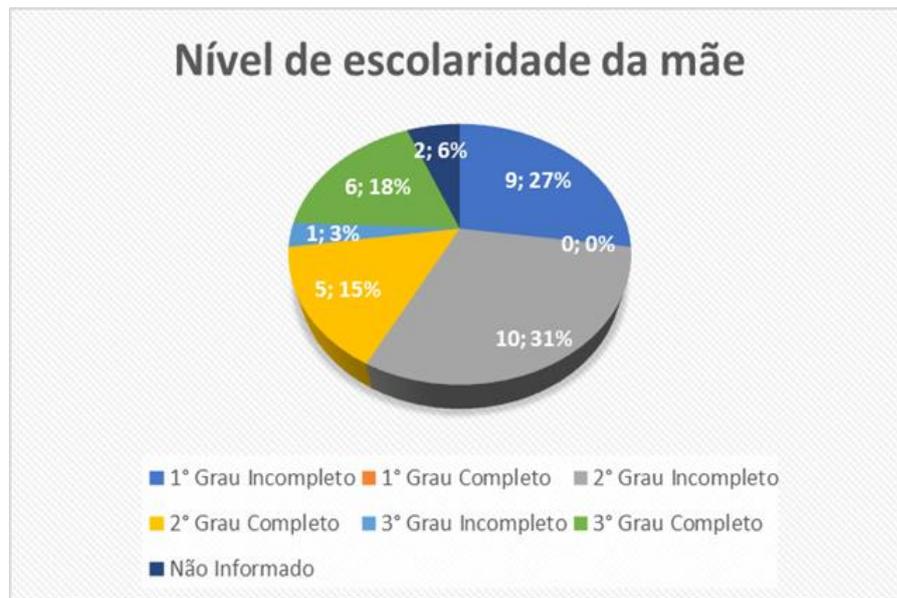
A informação sobre cor/raça foi declarada pelo responsável no ato da matrícula, visto que a criança da faixa etária em questão não dispõe de autonomia para declarar-se pertencente a uma ou a outra etnia. Em contrapartida, durante a sua vida escolar, as crianças precisam ter segurança, autonomia e liberdade para se verem e se mostrarem como realmente são. Como disse o autor, identidade e diferença são inseparáveis. Dessa forma, na escola, as diferenças devem ser evidenciadas para que a identidade de cada um seja construída livre de preconceitos.

Gráfico 2 – Nível de escolaridade do pai



Fonte: Elaboração da autora (2022).

Gráfico 3 – Nível de escolaridade da mãe



Pelo Gráfico 2, percebe-se 14, dos 33, ou seja, 43% dos pais dos alunos envolvidos nessa análise não concluíram o Ensino Fundamental. Já o Ensino Médio, foi iniciado por 21% deles, mas não foi concluído e apenas 5 possuem um curso de nível superior.

O Gráfico 3 mostra que a maior parte das mães (10), que corresponde a 31 %, iniciou o Ensino Médio, mas não concluiu. Logo em seguida, aparecem 9 mães (27%), que apenas iniciaram o Ensino Fundamental, sem terminá-lo, além de 18% (6) possuírem um curso de nível superior.

O simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos e que o processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela (SADER, 2005, p. 16).

Os Gráficos 2 e 3 apresentam apenas dados estatísticos sobre o nível de escolaridade dos pais e das mães das crianças, todavia os motivos que levaram a maioria dos pais a abandonar os estudos antes de finalizar o Ensino Fundamental e a maioria das mães a evadirem no Ensino Médio não são mencionados nas fichas de matrícula analisadas. Fato é que os pais sempre querem que seus filhos tenham uma vida melhor do que as que eles tiveram e alcancem oportunidades que lhes foram tiradas ao longo da vida.

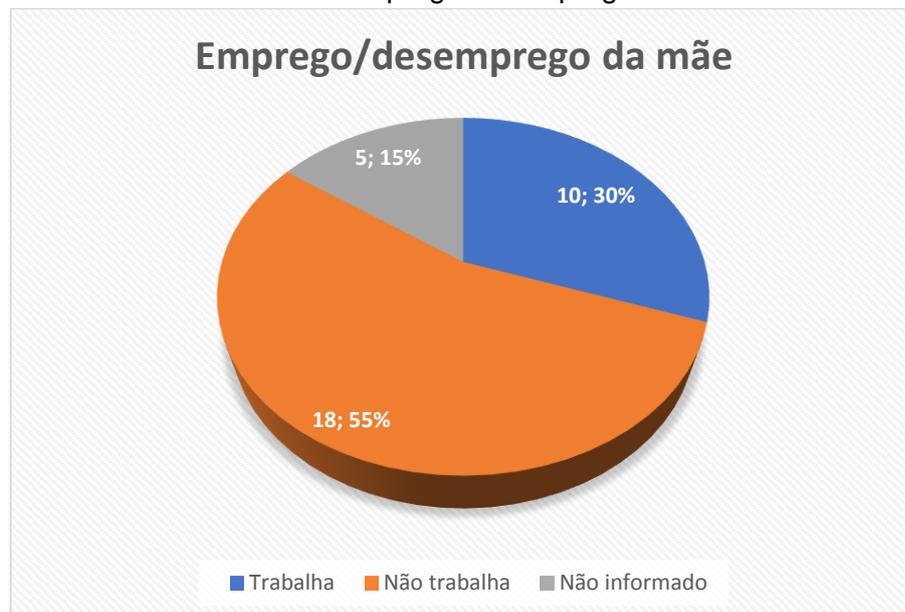
Fazendo menção à fala do autor, o possível processo de exclusão sofrido pelos pais quando eram estudantes precisa ser rompido para que seus filhos possam ir além, a fim de que, no futuro, os dados estatísticos evidenciem a maior porcentagem representada por crianças com um diploma em um curso de nível superior. A vida escolar do indivíduo influencia diretamente na sua vida profissional. Quem possui um nível de instrução avançado em relação ao outro terá opções melhores de emprego. Os gráficos seguintes mostrarão a taxa de emprego/desemprego dos pais e das mães das crianças contempladas nesta pesquisa.

Gráfico 4 – Emprego/desemprego do pai



Fonte: Elaboração da autora (2022).

Gráfico 5 – Emprego/desemprego da mãe



Fonte: Elaboração da autora (2022).

No Gráfico 4, é possível observar que a maioria dos pais trabalha, somando uma porcentagem de 70%, o que equivale a 23. Fora isso, concluímos que 7 deles (21%) deles não trabalham e 9% (3) não informaram. Entre as profissões mencionadas nas fichas, aparecem: lavrador, professor, investigador policial, músico, peixeiro, bombeiro, ajudante de pedreiro, agricultor, atendente de padaria e comerciante.

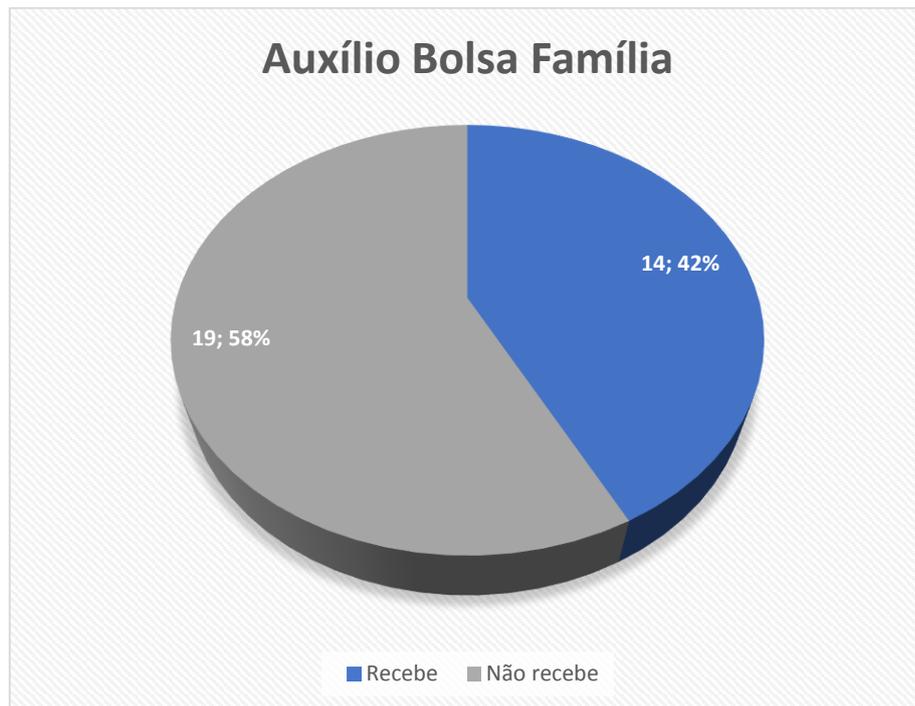
Diferentemente do Gráfico 4, em que se observa que a maioria dos pais possui emprego, o Gráfico 5 mostra que a maior parte das mães, sendo 55%, totalizando 18, vive em situação de desemprego. Em contrapartida, 30% delas possuem emprego e não foi possível obter tal informação das 15% restantes. Das mães que possuem emprego, ressaltam-se os de professora, agente penitenciária, atendente, auxiliar de professor, lavradora, coordenadora, atendente de padaria e gari.

Seddon (2014, p. 57) afirma que “[...] a insuficiência de renda traz insegurança alimentar, problemas de saúde. A gravidez precoce pode retirar as mães do mercado de trabalho e dos estudos”. Como mencionado, a gravidez precoce pode dificultar ou impossibilitar as mães de entrarem e permanecerem no mercado de trabalho, o que gera insuficiência de renda causada pelo desemprego e resulta em insegurança, problemas com alimentação e saúde.

As famílias pobres deixaram, [...] de ser invisíveis às políticas estatais e passaram a ter nome, endereço e perfil socioeconômico identificados e inseridos em uma plataforma de referência para as políticas públicas, o Cadastro Único para Programas Sociais[...] (MOLL, 2014, p. 569-570).

Um exemplo desses Programas Sociais é o Bolsa Família, que também foi um ponto de análise presente nas fichas de matrícula, como pode ser visto a seguir:

Gráfico 6 – Auxílio Bolsa Família



Fonte: Elaboração da autora (2022).

O Gráfico 6 mostra que a menor parte das famílias é contemplada pelo Bolsa Família, somando um total de 14 (42%), o que ainda é um número considerável. Gripp (2013, p. 14) explica que esse Programa consiste na “[...] transferência de renda, voltado às crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social”. A autora ainda complementa que a finalidade do Programa é “[...] contribuir para a superação e a quebra da transmissão intergeracional da pobreza no Brasil. A educação é, nessa perspectiva, estratégia para alcançar esse objetivo” (GRIPP, 2013, p. 14).

Nessa perspectiva, o Bolsa Família assume um papel importante para a matrícula e a permanência das crianças desde a Educação Infantil, já que ele não é concedido de forma livre ou aleatória. Fernandes (2014, p. 549) esclarece esse fato da seguinte forma:

A frequência escolar é acompanhada bimestralmente e, a partir daí, realiza-se um diagnóstico das razões da baixa frequência dos estudantes à escola, com o objetivo de enfrentar a evasão e estimular a permanência e a progressão educacional de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

A permanência das crianças na escola é fundamental, principalmente para as que se encontram em situação de vulnerabilidade social, habitacional, econômica, entre outras. Para além dos fins educativos, a escola abrange questões necessárias

para o desenvolvimento global e digno do indivíduo na sociedade. Ter acesso à escola é um direito constitucional, então, toda e qualquer criança deve ter acesso a ela, como esclarece Ahlert (2013, p. 3):

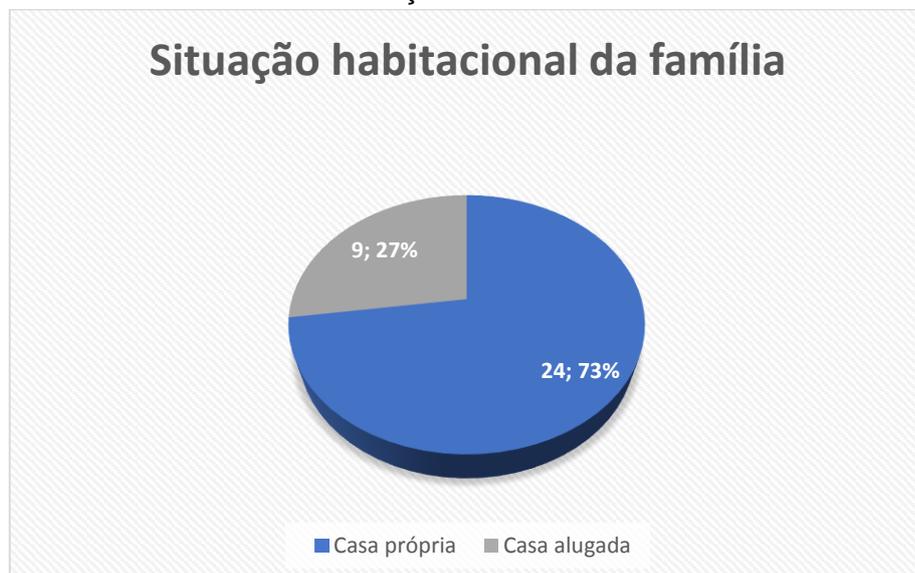
[...] as tramas da relação complexa entre pobreza e educação no Brasil e o reconhecimento da vulnerabilidade social e como fenômeno de múltiplas dimensões. Neste contexto nos coloca questões importantes como a intersetorialidade na gestão das políticas públicas educacionais, a relação entre escola e a família e iniciativas de acompanhamento dos alunos em situação de vulnerabilidade social. Daí interpõe-se a seguinte indagação: De que forma a educação, sendo ela mesma um direito constitucional, pode ser ferramenta de combate à desigualdade social?

Um dos pontos que contribuem para ser determinada a situação de vulnerabilidade social de uma família é o local onde ela reside. Ao analisar as fichas de matrícula, tornou-se possível constatar que todas as 33 famílias moram em espaços rurais que, de acordo com Cazella, Bonnal e Maluf (2009, p. 34),

[...] deixam, de forma gradual, de ser predominantemente agrícolas para evoluírem em direção a um modelo de desenvolvimento regional, estruturado por uma rede urbana de pequenas e médias cidades especializadas na produção de bens e serviços específicos (...). Os espaços rurais, nesse estilo de desenvolvimento, não se reduzem às atividades agrícolas (...), mas são espaços sociais plurissetoriais estruturados por redes produtivas, familiares, profissionais etc.

Após definir que todas as famílias residem em área de zona rural, buscou-se analisar sua situação habitacional, ou seja, se possuem casa própria ou alugada, como pode ser visto em seguida.

Gráfico 7 – Situação habitacional da família



Fonte: Elaboração da autora (2022).

O Gráfico 7 mostra que 73%, um total de 24 famílias, possuem casa própria. Esse fato é muito relevante, uma vez que oferece maior segurança para a criança e seus familiares, poupando assim possíveis riscos de não conseguirem arcar com o aluguel caso fizessem uso dele. Além disso, ter um lugar seguro para voltar depois de um dia de trabalho ou de um dia de estudo faz toda a diferença na vida de alguém.

4.3 ANÁLISE DAS FICHAS DESCRITIVAS DAS CRIANÇAS

O terceiro objeto de análise desta pesquisa foi a “Ficha Descritiva” (ANEXO C) dos alunos do CMEI “Liane Quinta”. Essa ficha é elaborada pela Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy e encaminhada às instituições de ensino para ser preenchida pelos professores. Ela é composta por 51 itens referentes aos campos de experiência contemplados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em cada um dos itens, o professor responsável preenche com as seguintes opções: alcançou (A); não alcançou (NA); em desenvolvimento (ED) e não trabalhado (NT). A primeira opção de resposta representa que o aluno alcançou o que foi trabalhado dentro de determinado item; o segundo refere-se ao aluno que não obteve êxito; o terceiro representa que ele ainda está em desenvolvimento acerca do que se trabalhou e, por último, o “não trabalhado” significa que o professor não trabalhou aquele item com a turma.

Os campos de experiência representados nas fichas são: o eu, o outro e nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Conforme a BNCC,

[...] na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de *conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se*, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco **campos de experiências**, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. (MEC, 2018, p. 38, grifos do autor).

Na Educação Infantil, como explicita a BNCC, os eixos que orientam as práticas pedagógicas são as interações e as brincadeiras, que é o centro do processo de ensino e aprendizagem nessa etapa educacional. Criança, antes de tudo, precisa ser

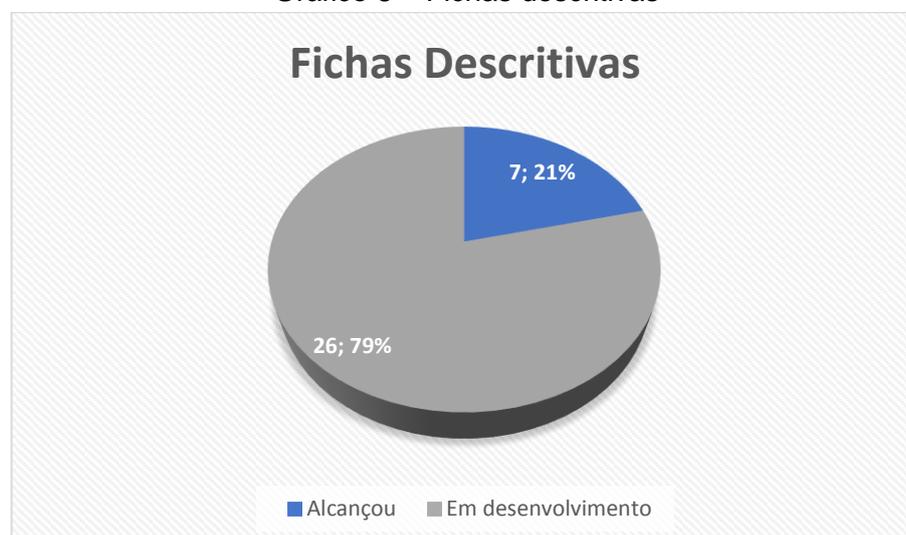
criança e a escola existe para propiciar vivências que marquem essa etapa da vida da forma mais positiva possível. Em contrapartida, apesar de ser composta por momentos leves, de interações e brincadeiras, a Educação Infantil também exige que as crianças sejam avaliadas, mesmo que essa avaliação não ocorra da mesma forma que nas demais etapas da Educação Básica, mas sim,

[...] por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças (MEC, 2018, p. 37).

Diante disso, é possível salientar que as Fichas Descritivas analisadas não possuem a finalidade de avaliá-las em aptas ou não aptas, de selecioná-las ou até mesmo de promovê-las. Seu real objetivo é descrever o desenvolvimento delas para que seus futuros professores saibam de onde avançar com cada uma delas ou qual campo/quais campos de experiência precisa/m ser mais explorados com a turma de forma geral.

Dentro do que foi possível analisar a partir das informações presentes nas 33 fichas, constatou-se que 26 crianças, ou seja, 79%, ao final do presente ano letivo, encontra-se em processo de desenvolvimento para alcançar os objetivos propostos. Por outro lado, apenas 21% (7 crianças), de acordo com seus professores, alcançaram o que era esperado, como mostra o seguinte gráfico:

Gráfico 8 – Fichas descritivas



Fonte: Elaboração da autora (2022).

Os dados obtidos a partir da análise das Fichas Descritivas não se relacionam com o perfil socioeducacional definido anteriormente. As crianças que foram descritas como “em desenvolvimento” pelos professores pertencem às famílias com diferentes características, tanto no que diz respeito ao nível de escolaridade ou ao fator de emprego/desemprego dos pais. Nesse sentido, não há um padrão que defina os alunos que alcançaram o que foi proposto e os que ainda se encontram em processo e desenvolvimento.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

A partir das discussões desta pesquisa e dos resultados alcançados, pensou-se em um *e-book* intitulado *Combater a desigualdade social é uma tarefa educacional*. Como o título mesmo diz, esse material buscou auxiliar os professores na missão de combater a desigualdade social presente no contexto educacional, com foco na Educação Infantil.

Sua elaboração ocorreu, principalmente, a partir da percepção dos grandes desafios que o fenômeno da desigualdade social impõe na prática docente de professores atuantes na Educação Infantil. Dessa forma, o *e-book* sugeriu uma roda de conversa, organizada pelo diretor, pedagogo ou professores, caso sintam necessidade. Objetivou-se com essa roda de conversa:

- Despertar um olhar ainda mais atento dos professores acerca da desigualdade social no âmbito educacional;
- Impulsionar a busca por novos saberes sobre o assunto;
- Apresentar situações vivenciadas como professora regente da Educação Infantil em que a desigualdade social se apresentou como um desafio no processo de ensino e aprendizagem;
- Oferecer um lugar seguro para que os professores possam externar situações vividas;
- Dialogar sobre todas as situações expostas com o intuito de traçar estratégias para atenuá-las;
- Fomentar a união da equipe escolar para um melhor enfrentamento dos desafios impostos pela desigualdade social;
- Oferecer sugestões de atividades para os professores aplicarem com as crianças em suas aulas.

Vale destacar que, para esses objetivos serem alcançados, é importante que a roda de conversa aconteça em um lugar tranquilo e que só os envolvidos estejam presentes para que se sintam à vontade na hora de externar seus medos, suas concepções, seus anseios... Cada um possui total liberdade para falar ou não.

A roda de conversa em questão previu a duração de 4 horas e a participação de 15 professores, além do pedagogo e diretor. Ela foi dividida em quatro momentos, sendo o primeiro de caráter introdutório e reflexivo; o segundo para expor situações em que é possível enxergar o reflexo da desigualdade social no contexto educacional da Educação Infantil; o terceiro consistiu em sugestões de atividades para abordar esse assunto na sala de aula com crianças dessa faixa etária. Por fim, o quarto momento se resumiu em dar asas para os sonhos das nossas crianças.

O primeiro momento teve como título *Introdução e reflexão* e consistiu na leitura de um poema escolhido para incitar a reflexão dos professores acerca da desigualdade social e como ela é evidenciada no processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil. A partir disso, em um ambiente calmo e acolhedor, a roda de conversa foi iniciada e os professores tiveram espaço para relacionar o poema com sua prática docente.

Já no segundo momento — *Situações em que a desigualdade social pode ser percebida* —, foram expostas, de forma escrita e ilustrativa, situações reais em que a desigualdade social foi evidenciada. O objetivo desse momento foi possibilitar que um ou mais professores se identificassem com essas situações, ou seja, vissem que não estão sozinhos nos desafios encontrados e não precisam passar por nenhuma dificuldade de forma solitária.

A partir da exposição e da possível identificação com elas, foi aberto um espaço para que os participantes falassem sobre outras possíveis situações semelhantes pelas quais passaram que se relacionem com o tema. Além disso, no segundo momento da roda de conversa, também foi dito o que os professores devem fazer caso deparem com essas situações desafiadoras. É muito importante saber como proceder diante desses desafios para que os impactos sejam os menores possíveis.

O terceiro momento, *Sugestões de atividades para abordar o tema “desigualdade social” com crianças da Educação Infantil*, consistiu em apresentar caminhos para trabalhar o tema em questão com crianças da Educação Infantil, já que tal tarefa é complexa devido à seriedade e ao peso do fenômeno. Apesar disso, sabe-se que crianças são curiosas e que fazem todos os tipos de perguntas; deixá-las sem respostas é o mesmo que negar-lhes novos conhecimentos.

Visto isso, no terceiro momento, foram apresentadas atividades práticas para serem aplicadas com crianças dessa faixa etária, que possuem como objetivos:

- Lidar com as diferenças;
- Conviver coletivamente sem discriminação;
- Explorar a diversidade por meio de filmes infantis;
- Exaltar a qualidade do outro;
- Apresentar personagens com características diferentes.

Um dos grandes desafios dos professores, principalmente para os que lidam com crianças da Educação Infantil, é inserir no planejamento assuntos importantes como esse, justamente por não saberem como abordá-lo. Diante disso, atividades apresentadas no *e-book* são de grande utilidade para possibilitar que os futuros

adultos, desde muito cedo, aprendam valores imprescindíveis para a vida em sociedade.

No quarto momento, intitulado *Imaginar provoca a realidade*, foi apresentado um texto de autoria própria, em que expus meus principais desejos como professora apaixonada pela Educação Infantil. A partir dele, levei os professores a se autoquestionarem: o que espero que meus alunos alcancem ao longo da vida?

Após essa indagação, foi sugerida uma atividade para os professores realizarem em sala de aula com suas crianças com o intuito de estimular a imaginação infantil, mostrando que sonhos e desejos são possíveis, que elas podem alçar grandes voos e se tornarem quem quiserem na sociedade. O papel do professor é alimentar os anseios de cada aluno, auxiliando-o de todas as formas possíveis.

Por fim, com esse produto educacional, almejei fomentar no coração de cada professor o anseio pela luta e pela perseverança! Sabemos que travamos muitas batalhas nas salas de aula, mas o que seriam dos nossos alunos se não fôssemos grandes lutadores? Nossas batalhas são por eles e nossas vitórias são por nós e por eles. Nesse sentido, combater a desigualdade social é uma tarefa contínua e incansável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade social se faz presente ao longo da vida de todos os seres humanos. Mesmo que alguém não seja afetado por ela de fato, com certeza conhece ou sabe de alguém que foi. As pessoas adultas são capazes de falar, de pedir ajuda ou de se defender diante de alguma situação que as faça sofrer, porém, quando o mal é feito com crianças pequenas incapazes de, sequer, explicar o que aconteceu, tudo fica pior.

Ao longo desta pesquisa, foi possível concluir que a desigualdade pode se manifestar de diversas formas, sendo na vertente racial, econômica, de gênero, educacional, entre outros. O foco até aqui foi essa última vertente mencionada, a educacional, afunilando ainda mais na Educação Infantil. Então, ao longo do percurso metodológico, o intuito foi compreender como a desigualdade social afeta os processos de ensino e aprendizagem das crianças do Centro Municipal de Educação Infantil “Liane Quinta”.

A partir das entrevistas feitas com 5 profissionais desse CMEI, sendo 4 professoras regentes de duas turmas de maternal e a diretora, observou-se, principalmente por parte das professoras, as dificuldades impostas pela presença da desigualdade social no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Foram mencionados problemas que vão desde má alimentação em casa, que reflete na escola, como falta de roupas adequadas. O professor, que deveria ter como preocupação maior o fazer pedagógico, é cercado por situações que desviam seu foco para o acolhimento de crianças carentes.

Também ficou claro que, independentemente da gama social das crianças, os profissionais buscam oferecer as mesmas condições para que todas se desenvolvam de forma equânime, sem ignorar suas diferenças e dificuldades individuais. A escola oferece o que é necessário para os professores colocarem isso em prática. No que diz respeito às formações e aos momentos destinados às trocas de experiências e reflexões sobre o tema, os professores disseram ser necessário que aconteçam com mais frequência.

O perfil socieducacional demonstrou a diversidade de crianças pertencentes ao CMEI. O que chamou a atenção principalmente foi o fato de nenhum responsável definir seus filhos com etnias diferentes de pardas ou brancas. Mediante esse fato, a pesquisadora percebeu a necessidade da realização de estudos futuros acerca dessa

temática, no que diz respeito à forma como as famílias se enxergam e a possível negação presente na construção de sua própria identidade, que será refletida em seus sucessores.

Como último elemento da coleta de dados, foram usadas as fichas descritivas. Sua análise impossibilitou traçar um perfil de crianças que alcançaram os objetivos propostos ou que se encontravam em processo de desenvolvimento no que tange aos campos de experiência abrangentes da Educação Infantil.

Diante do que foi constatado, surgiu o desejo de elaborar um *e-book* que auxilie aos professores da Educação Infantil a lidarem com os impactos causados pela desigualdade social. O ato de educar, apesar de envolver uma rede de ensino, muitas vezes, não envolve uma rede de apoio. Quer dizer, o professor se sente solitário diante de tantos desafios que surgem ao longo da vida docente; por isso, o produto educacional pretendeu a possibilidade de que ele se sinta acolhido e tenha certeza de que não está sozinho no percurso.

A verdade é que sonhar e educar andam juntos. Durante o ato de educar, é impossível ignorar os sonhos de que todos os nossos alunos possam comer o que tiverem vontade ou ignorar o desejo de que todos tenham uma televisão para assistir a desenho quando chegam da escola e casacos da cor que preferirem em dias frios, além de uma cama quentinha. Quando o professor passa uma tarefa para a casa, ele sonha que as crianças tenham pais que as ajudem com isso.

O sonho de todo professor é que seus alunos aprendam o que ele está ensinando, porém isso se torna muito difícil quando alguns vão para a escola só pensando no que vão comer, não por mal, mas por necessidade. As escolas deixam evidente o abismo que existe na sociedade e as crianças não o entendem! Não podemos curar todas as feridas ou tampar todos os buracos nas vidas de nossas crianças, mas, o mínimo que seja se torna o máximo para cada uma delas. Por mais que nos cansemos, elas precisam nós!

Por fim, ressalta-se a figura afetiva que o professor assume na vida de suas crianças. Ele se torna referência de amor e de parceria na vida de cada uma delas e será lembrado para sempre. A expectativa é justamente esta: deixar um legado de amor no coração de cada criança para que, na fase adulta, ela possa transmitir todo o afeto que recebeu e lembrar que, apesar das situações difíceis pelas quais passou, ela teve alguém que procurou fazer o máximo por sua vida: seu professor da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ABRUCIO, F. L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

AHLERT, M. Proposta da série. *In*. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **A escola em contextos de vulnerabilidade social**. Salto para o futuro. Brasília: TV Escola (MEC), ano 23, boletim 22, 2013. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/saltoparaofuturo/episodio/vulnerabilidade-social-e-educacao>. Acesso em: 29 out. 2022.

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 77, p. 53-61, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1042>. Acesso em: 12 out. 2021.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ARENHART, D. **Entre a favela e o castelo**: efeitos de geração e classe social em culturas infantis. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BEYER, H. O. A proposta da educação inclusiva: contribuições da abordagem vygotskiana e da experiência alemã. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 9, n. 2, p. 163-180, jul./dez 2005. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/20994/000411358.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022.

BIJEGA, G. L. **A participação das crianças e as desigualdades em um contexto de educação do campo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
BLANK, R.; DABADY, M.; CITRO, C. **Measuring racial discrimination**: panel on methods for assessing discrimination. Washington: National Academies Press, 2004. DOI: <https://doi.org/10.17226/10887>.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CAMPOS, M. M. Educação e políticas de combate à pobreza. **Rev. Bras. Educ.**, n. 24, p. 183-191, dez 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300013>.

CARDOSO, C. **Branquitude na educação infantil**: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CARNEIRO, R. U. C. Educação Inclusiva na Educação Infantil. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 12, p. 81-95, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/124965>. Acesso em: 10 set. 2022.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. *In*: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.47-70.

CHAUÍ, M. Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 de março de 1999. p. 3-5.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: 2010.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. Campinas: Papyrus, 1994.

DUBET, F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/168972875/Dubet-Francois-O-que-e-uma-escola-justa>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FARIA, A. L. G. **O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da educação infantil**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

FERNANDES, J. H. P. Acesso à educação e combate à desigualdade: o papel da educação no âmbito do plano Brasil sem Miséria. *In*: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Org.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. p. 543-560. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_s_em_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.

FERNANDES, N. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, P. 759-779, jul./set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216639>. Acesso em: 12 set. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

GENTILI, P.; ALENCAR, C. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GENTILI, P.; ALENCAR, C. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GRAUE, M. E.; WALSH, D. J. **Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética**. Tradução de Ana Maria Chaves. Revisão de Teresa Vasconcelos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. Disponível em: <https://biblioteca.cm-barcelos.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=12334>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GREGORUTTI, C. C. **A inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral: a relação das características dos cuidadores familiares implicadas neste processo**. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

GRIPP, G. Políticas educacionais de acesso à escola. Políticas educacionais de acesso à escola. **Salto para o Futuro**, v. XXIII, p. 10-15, 2013.

GUIMARÃES, W. S. **Formação de professores: saberes, identidade e profissão**. 3. ed. Papiros, 2006.

HEREDERO, E. S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/9f83/c29be0e2c89191aaff2ee39aaa140e72d9e0.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

HORN, G. B; DIEZ, C. L. F. **Metodologia de pesquisa**. Curitiba: IESD, 2003.

KISHIMOTO, M. T. (Org). **Jogos, brinquedos e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KYMLICK, W. **Filosofia política contemporânea**: uma introdução. Tradução de Luís Carlos Borges e Marilene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LARROSA, J. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em:

<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1378>. Acesso em: 20 jul. 2022.

LECHTE, J. **Cinquenta pensadores contemporâneos essenciais**: do estruturalismo à infância e dignidade. Tradução de Fábio Fernandes. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2000.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/368219932/A-entrevista-na-pesquisa-social-pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MARCOLINO, S. **A mediação pedagógica na Educação Infantil para o desenvolvimento da brincadeira de papéis sociais**. 2013. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Marília, 2013.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.

MATISKEI, A. C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Revista Educar**, Curitiba, n. 23, p. 185-202, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bDksCCqdMwGqX9KtfTpBycb/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, 2010.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOLL, J. Reflexões acerca da educação para a superação da extrema pobreza: desafios da escola de tempo completo e de formação integral. *In*: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Org.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. p. 563-601. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_s_em_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.

MUÑOZ, L. G. El bienestar social de la infancia y los derechos de los niños. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 43, n. 1, p. 63-80, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/27591452_El_bienestar_social_de_la_infancia_y_los_derechos_de_los_ninos. Acesso em: 9 mai. 2022.

OLIVEIRA, A. A. S. **Um diálogo esquecido**: a vez e a voz de adolescentes com deficiência. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

POCHMANN, M.; FERREIRA, E. B. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1241-1267, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/ESCOLARIZA%C3%87%C3%83O-DE-JOVENS-E-IGUALDADE-NO-EXERC%C3%8DCIO-DO-Pochmann-Ferreira/dabc0a909b32e6ed41e2c9b78b26b17661cb4f52>. Acesso em: 15 mai. 2022.

PRIETO, M. N. **A organização do tempo em escolas de educação infantil**: contribuições para o processo de humanização na infância. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998.

ROSS, P. R. Estado e educação: implicações do liberalismo sobre a constituição da educação especial e inclusiva. **Revista Educar**, Curitiba, n. 19, p. 217-227, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307677289_Estado_e_educacao_implicoes_do_liberalismo_sobre_a_constituicao_da_educacao_especial_e_inclusiva. Acesso em: 15 jul. 2022.

SADER, E. Prefácio. *In*: MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SALGADO, J. A. Desigualdade social. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/127-1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SCAVONI, M. P. P. **Representações sociais de professores sobre inclusão e o Projeto Político Pedagógico**: a escola em movimento. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

SEDDON, D. S. N. **Vulnerabilidade social no Espírito Santo**: conceito e mensuração. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de

Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SILVA, C. P. **Vulnerabilidade social nos territórios das grandes Cidades, educação e o princípio de justiça como equidade na escola**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade da Cidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, F. C. T. Processos de ensino na educação dos deficientes mentais. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 23., 2000, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu, 2000, p. 1-16. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1508t.PDF>. Acesso em: 15 out. 2022.

SILVÉRIO, V. R.; TRINDAD, C. T. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 891- 914, jul./set. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300013>. Acesso em: 20 jan. 2022.

VIEIRA, C. M. **Atitudes sociais em relação à inclusão**: efeitos da capacitação de professores para ministrar programa informativo aos alunos. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014.

VIEIRA, O. V. **Estado de direito, seus limites e a criminalidade**. *In*: MESQUITA NETO, P. *et al.* A violência do cotidiano. Konrad Adenauer Stiftung, 2001. p. 75-92. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/43292498/a-desigualdade-e-a-subversao-do-estado-de-direito-oscar-vilhena-vieira>. Acesso em: 20 jun. 2022.

WALZER, M. **Esferas da justiça**: uma defesa do pluralismo e da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS PROFESSORAS



MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA - PROFESSORAS

1. O que você compreende sobre desigualdade social?
2. Na sua concepção, a desigualdade social compromete o processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil?
3. Caso a resposta seja positiva, de que forma esse comprometimento ocorre?
4. Quais ações você desenvolve, quanto educador, para amenizar os possíveis impactos causados pela desigualdade social na sua prática docente?
5. Em seu planejamento, você inclui atividades voltadas para o tema “desigualdade social”?
6. No contexto educacional onde você está inserido, a desigualdade social está presente?
7. Caso a resposta anterior seja positiva: você acredita que a rede de ensino onde você atua está preparada para lidar com a desigualdade social presente no contexto educacional?
8. Você acha necessário que a Secretaria de Educação promova formações continuadas voltadas para essa temática? Se sim, justifique o porquê dessa necessidade.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A DIRETORA



MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA - DIRETORA

1. O que você compreende sobre desigualdade social?
2. Na sua concepção, a desigualdade social compromete o processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil?
3. Caso a resposta seja positiva, de que forma esse comprometimento ocorre?
4. Os professores desta instituição de ensino inserem no planejamento atividades voltadas para o tema "desigualdade social"?
5. Este tema é abordado em reuniões internas nesta instituição? Se sim, de que forma?

APÊNDICE C – PRODUTO EDUCACIONAL

MARINA SIQUEIRA DAVID

LUANA FRIGULHA GUISSO

**COMBATER A
DESIGUALDADE
SOCIAL É
UMA TAREFA
EDUCACIONAL**



MARINA SIQUEIRA DAVID

LUANA FRIGULHA GUISSO

**COMBATER A DESIGUALDADE
SOCIAL É UMA TAREFA
EDUCACIONAL**

1ª Edição

Diálogo Comunicação e Marketing

Vitória

2022

Combater a desigualdade social é uma tarefa educacional © 2022, Marina Siqueira David e Luana Frigulha Guisso

Orientadora: Prof.^a Doutora Luana Frigulha Guisso

Curso: Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Instituição: Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

Edição: Ivana Esteves Passos de Oliveira

Projeto gráfico e editoração: Diálogo Comunicação e Marketing

Diagramação: Ilvan Filho

DOI: 10.29327/5136089

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D250c David, Marina Siqueira. -
 Combater a desigualdade social é uma tarefa educacional / Marina Siqueira David, Luana Frigulha Guisso. -
 Vitória, ES : Diálogo Comunicação e Marketing, 2022. -
 32 p. : il. foto. color. ; 21 cm.
 ISBN 978-85-92647-87-2
 1. Educação - Aspectos sociais. 2. Desigualdade social. 3. Aprendizagem - Educação infantil. I. Guisso, Luana Frigulha.

CDD – 370.19

Bibliotecária Amanda Luiza de Souza Mattioli Aquino – CRB5 1956

Conselho Editorial

Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes

Dra. Luana Frigulha Guisso

Dra. Ivana Esteves Passos de Oliveira

Dra. Sônia Maria da Costa Barreto

Dra. Tatiana Gianordoli

Dra. Juliana Martins Cassani



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
INTRODUÇÃO	08
CONTEXTUALIZANDO A RODA DE CONVERSA	11
PRIMEIRO MOMENTO – INTRODUÇÃO E REFLEXÃO	15
SEGUNDO MOMENTO – SITUAÇÕES ONDE A DESIGUALDADE SOCIAL PODE SER PERCEBIDA	17
TERCEIRO MOMENTO – SUGESTÕES DE ATIVIDADES PARA ABORDAR O TEMA “DESIGUALDADE SOCIAL” COM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	22
QUARTO MOMENTO - IMAGINAR PROVOCA A REALIDADE	26
REFERÊNCIAS	29
AS AUTORAS	31

APRESENTAÇÃO

Este e-book se apresenta como produto educacional da Dissertação de Mestrado intitulada como "A desigualdade social e o processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil". Sua finalidade é auxiliar os professores da Educação Infantil a lidarem com os desafios impostos pela desigualdade social no contexto escolar.

A desigualdade social é todo aquele processo e situação de diferenciação social e/ou econômica. Em termos sociológicos, diz-se que a desigualdade é social na medida em que essa diferenciação é produto da interação entre sujeitos sociais; nesse sentido, tanto o acesso diferenciado às oportunidades como à riqueza econômica se realiza dentro de um sistema de relações de sentido e poder que geram distinção, estigma, vulnerabilidade, exclusão, tanto no nível individual como no nível coletivo, inclusive, tal diferenciação pode dar-se entre regiões. (SALGADO, 2010, p. 1)





Neste sentido, este material abordará a desigualdade social como um fenômeno presente no contexto escolar e que, na impossibilidade de ser eliminado, deve ao menos ser combatido diariamente por todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Para isso, a seguir, será apresentada uma roda de conversa.



INTRODUÇÃO

Para professores e demais profissionais envolvidos no processo educacional, a desigualdade social se faz presente quase que diariamente. Além das suas formas de manifestação para além dos muros da escola, estes profissionais são obrigados a lidar com as mais variadas situações relacionadas ao tema durante seu exercício docente, mas, muitas vezes, não sabem como fazê-lo.

Tornar-se professor é uma escolha! Muitos podem pensar que iniciar e concluir uma graduação em Pedagogia é o suficiente para atuar na Educação Infantil. Porém, durante o curso, não é possível se preparar completamente para a vasta gama de desafios presentes em uma sala de aula de crianças pequenas. Não basta ater-se às disciplinas que são ministradas durante a faculdade, é necessário transcender à teoria, visando à prática.

Nesses termos, a formação pedagógica de professores – tanto de caráter geral, como aquela vinculada às especificidades das diferentes disciplinas escolares – impõe a reflexão acerca dos elementos constituintes do ato de ensinar. Mais ainda quando se atrelam a essa atividade visões simplistas como aquela que reduz o ensino a algo equivalente a uma verbalização pouco eficiente e “autoritária” de um professor. (SILVA; ALMEIDA; GATTI, 2016, p. 291).



Há momentos que exigem mais reflexão do que outros. A partir de uma fala, de um comportamento ou até de um jeito de olhar diferente por parte de uma criança, o professor imagina mil e uma coisas e, automaticamente, pensa em soluções para cada uma delas, todavia, a frustração é enorme quando nada do que foi pensado é capaz de solucionar o problema.

Quando o assunto é desigualdade social, por vezes, o professor se sente perdido devido à impotência frente a ela. Então, antes de qualquer coisa, é preciso entender, refletir e discutir sobre o conceito para, a partir daí, começar a pensar em possíveis mecanismos para atenuar seus impactos. A respeito disso, Vieira (2001, p. 81) traz consigo a ideia de que "o racismo, a pobreza o não-acesso à educação e a bens essenciais à dignidade humana são formas que facilitam a percepção do outro como inferior". Logo, o papel da educação precisa ir na contramão dessa percepção, contribuindo para que crianças e jovens respeitem uns aos outros e levem essa lição para fora da escola também.

Pochmann e Ferreira (2016, p.1245) afirmam que

Na educação, a igualdade não é concebida como um princípio abstrato, mas como uma crítica às desigualdades. Pensar uma educação igual não é desejar uma igualdade perfeita, que é utópica; mas é querer reduzir uma parte das desigualdades em face à instrução, que podem ser ligadas ao território onde se vive, à origem social, ao sexo, à religião etc. As diferenças de condições entre os indivíduos não devem ser definitivas. Somente a igualdade em direitos é definitiva e o objetivo de uma sociedade justa é dar a possibilidade, a cada um, de escolhas e de encontros com o novo. As diferenças sociais não devem ser ligadas nem à nascença, nem



à fortuna dos pais, nem aos hábitos culturais, nem à religião, nem ao sexo, nem à cor da pele etc. Todas as discriminações devem ser combatidas. A igualdade de direitos deve garantir o poder da escolha para cada cidadão. Por sua vez, a justiça é aquela alicerçada na contribuição das pessoas ao bem comum.

Diante disso, fica claro o papel da educação: combater e reduzir a desigualdade social. Através desse combate na escola, os estudantes se tornarão cada vez mais aptos a também serem combatentes dessas desigualdades ao longo de suas vidas em sociedade! E, em consequência disso, as famílias destes estudantes serão envolvidas neste processo, "recrutando" cada vez mais pessoas para esse combate que é responsabilidade de todos.



CONTEXTUALIZANDO A RODA DE CONVERSA

Estar presente em uma sala de aula diariamente resulta em experiências memoráveis, desafiadoras, felizes, tristes, e, sobretudo, dignas de serem compartilhadas. Cada professor é capaz de passar horas falando somente de um dia, imagina falar sobre as vivências de um mês, um trimestre, um ano ou até mesmo de uma vida toda de docência!? Dá para escrever um livro.

Apesar da magia inerente dessas vivências, elas também são capazes de gerar traumas possíveis de fazerem docentes duvidarem da sua profissão. Diante disso, a roda de conversa se faz tão necessária em uma instituição escolar. Bedin e Del Pino (2019, p. 56) afirmam que “por meio das rodas de conversa existe uma horizontalização das relações de poder; os professores que as compõem se implicam, dialeticamente, como atores histórico-sociais e crítico-reflexivos diante da realidade do contexto social”, além de proporcionarem “conversas formativas-dialógicas que possibilitam a produção e ressignificação de saberes sobre as experiências dos professores” (BEDIN; DEL PINO, 2019, p. 55).

Desta forma, é através de rodas de conversa que os professores terão oportunidade de externar situações desconfortáveis vivenciadas durante sua prática educativa, a fim de pensar e refletir sobre soluções de forma conjunta, afinal,



muitas cabeças pensam melhor do que uma. Muito se fala em rodas de conversa como metodologia de ensino para crianças, mas, também pode surtir efeitos muito positivos com adultos.

(...) buscar esclarecer os problemas que ele e seus colegas vivenciam no cotidiano escolar, problemas de início confusos e polêmicos, porque envolvem pessoas, valores, crenças, interesses, frequentemente em conflito; significa aprofundar a compreensão dessas questões, procurando ouvir e respeitar os diferentes atores (professores, alunos, pais), para propor alternativas aceitáveis pelo grupo, a serem experienciadas, analisadas e aperfeiçoadas, tornando o ensino pesquisa, pesquisa na ação. Nesse contexto, o papel do professor ganha expressão e a escola passa a ser um espaço privilegiado de formação profissional (GARRIDO; BRZEZINSKI, 2008 p. 155).





Baseado nisso, este e-book sugere a realização de uma roda de conversa com um roteiro definido organizada pelo diretor, pedagogo ou até mesmo pelos professores caso sintam necessidade, para abordar o tema da desigualdade social como um elemento desafiador no processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil.

Para facilitar, essa conversa deve acontecer em um local confortável, sem interferências externas, tendo apenas os pertencentes à respectiva instituição escolar presentes. Assim, os envolvidos se sentirão mais à vontade para falar sobre o assunto, já que algumas histórias podem ser sigilosas e delicadas. Cada um possui a liberdade de falar ou não!

Dito isso, na prática, essa roda de conversa possui como objetivos:

- Despertar um olhar ainda mais atento dos professores acerca da desigualdade social no âmbito educacional.
- Impulsionar a busca por novos saberes sobre o assunto.
- Apresentar situações vivenciadas como professora regente da Educação Infantil onde a desigualdade social se apresentou como um desafio no processo de ensino e aprendizagem.
- Oferecer um lugar seguro para que os professores possam externar situações vividas.
- Dialogar sobre todas as situações expostas com o intuito de traçar estratégias para atenuá-las.



- Fomentar a união da equipe escolar para um melhor enfrentamento dos desafios impostos pela desigualdade social.
- Oferecer sugestões de atividades para os professores aplicarem com as crianças em suas aulas.

A roda de conversa em questão prevê a participação de 15 professores, além do diretor e pedagogo da instituição. Com duração média de 4 horas e dividida em quatro momentos para alcançar todos os objetivos propostos, sendo o primeiro de caráter introdutório e reflexivo, o segundo para expor situações onde é possível enxergar o reflexo da desigualdade social no contexto educacional da Educação Infantil, o terceiro, consiste em sugestões de atividades para abordar esse assunto na sala de aula com crianças dessa faixa etária. Por fim, o quarto momento se resume em dar asas para os sonhos das nossas crianças.



PRIMEIRO MOMENTO – INTRODUÇÃO E REFLEXÃO

Receber os participantes no ambiente acolhedor previamente organizado para a roda de conversa, dando as boas vindas e expondo os objetivos propostos para o encontro.

Leitura do poema para a reflexão de todos:

*"Hei moço, me dá um trocado? Eu tenho fome."
Essa é a abordagem do menino no sinal fechado,
Pra enganar o estômago e o destino, é a aparente solução.
E todos os dias, a mesma figura sem sombra, sem nome,
Um corpo franzino, trajando farrapos e de pés no chão.
Visão do descaso, sensação de embaraço, é de apertar o coração,
Não sei o que mais me dói, se a triste visão do menino no sinal fechado,
Ou o que vejo no olhar de quem por ali passa, parecem olhar um animal.
Todos os dias essa cena se repete, tantos meninos em tantos sinais.
Histórias parecidas, pelos mesmos motivos e de causas iguais.
Gostaria que minhas palavras tivessem poder em sua forma e intensidade
Poder este, de reescrever as linhas de algumas páginas da história
E moldá-las com as palavras certas, criando algo novo e sem igual,
De modo a suprimir a existência de muitos males, apagá-los da nossa memória
Começaria impedindo até mesmo a existência do termo: "desigualdade social".*

(Wesley Henrique – Site de poesias)



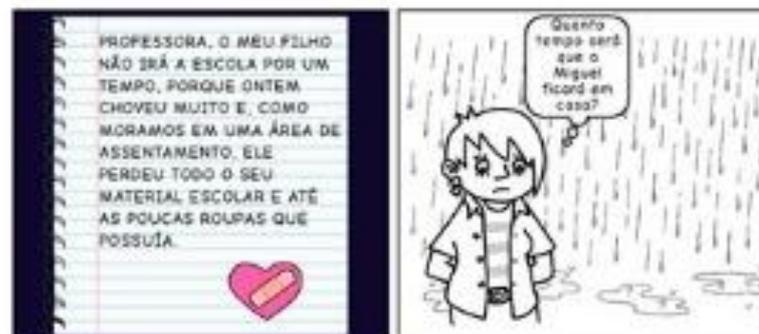
A partir da leitura e da reflexão propiciada pelo poema, a seguinte pergunta será feita: O que vocês entendem por desigualdade social? E como ela se evidencia no processo de ensino e aprendizagem das crianças da Educação Infantil? Neste momento, a conversa será iniciada e todos terão espaço para falar e expor seus pontos de vista acerca do assunto.

SEGUNDO MOMENTO – SITUAÇÕES ONDE A DESIGUALDADE SOCIAL PODE SER PERCEBIDA

Neste momento, os professores serão convidados a se manifestar sobre cada situação à medida que forem apresentadas. O intuito desse momento é fazer com que um, dois ou todos os professores se identifiquem com as situações e tenham consciência que ele ou eles não estão sozinhos nesses desafios.

SITUAÇÃO I

O retrato da desigualdade social no sentido econômico que reflete nas condições de moradia. Uma família que, por falta de renda, não possui meios de residir em uma casa melhor. Durante uma chuva forte, a casa dessa família em questão foi inundada e eles perderam o pouco que tinham! Por esse motivo, a mãe ficou com vergonha de mandar o filho para creche.





SITUAÇÃO 2

Aqui, a desigualdade social apresenta a sua faceta racial, onde um aluno sofre preconceito por parte de outra criança apenas por possuir cabelo crespo, visto como “diferente” pela criança que proferiu essas palavras.



SITUAÇÃO 3

A situação 3 retrata uma mãe que, nitidamente está desesperada por ter muitos filhos e tem que dar conta de tudo sozinha. Por este motivo, ela não consegue trabalhar e vive com uma renda mínima disponibilizada pelo governo, mas essa renda não foi suficiente para comprar fralda para o seu filho mais novo. E, sua única saída, é deixá-lo na creche.





SITUAÇÃO 4

O aluno, com a sua inocência singular por possuir 3 anos, faz essa pergunta à professora, que é pega totalmente de surpresa. Nesta situação, a criança vive em um contexto familiar violento devido ao comportamento do pai e, por falta de condições de trabalho, a mãe da criança não pode sair de casa e buscar uma vida melhor.



SITUAÇÃO 5

Neste contexto, percebe-se a desigualdade social atrelada às questões de gênero. Um aluno demonstra desespero apenas pelo pedido da professora de pintar o desenho com o lápis de cor rosa. Em casa, ele escutou da mãe que menino só podem pintar e usar roupas azuis, caso contrário, serão confundidos com meninas.





SITUAÇÃO 6

Aqui, a desigualdade social retrata mais uma vez uma mãe que, por necessidades econômicas e ausência de apoio familiar, sugere que a creche estenda o horário de funcionamento para ficar mais tempo com a sua filha. Mas, se uma criança ficar na creche das 7h da manhã, até as 17h da tarde, que tempo ela passará com a mãe? E mais uma vez, a creche acaba sendo vista apenas como um depósito de crianças e as professoras, como babás.



SITUAÇÃO 7

Por último, a sensação de "querer fazer mais". A desigualdade social, na vertente econômica, impacta diretamente na alimentação das famílias e das crianças. E quando o único lugar onde as crianças ficam bem alimentadas é na escola? Muitas vezes, mesmo quando estão doentes, a família tem necessidade de mandar as crianças para escola.





Após a apresentação dessas situações, será pedido para que os professores exponham suas experiências com a desigualdade social no seu cotidiano escolar e deem exemplos sobre elas. Quando o professor percebe alguma situação que necessita de uma atenção maior, o primeiro passo deve ser comunicar à coordenação/direção, para que, juntos, possam traçar estratégias diante dos desafios.

“O trabalho do administrador escolar envolve comunicação cara a cara, é orientado para a ação, é reativo, os problemas que surgem são imprevisíveis, as decisões são frequentemente tomadas sem uma informação exata ou completa, o trabalho acontece num contexto imediato, o ritmo é rápido, há interrupções frequentes, os próprios episódios de trabalho tendem a ser de curta duração, as respostas não podem ser adiadas, as resoluções de problemas envolvem muitas vezes vários atores, e o trabalho é caracterizado por uma pressão generalizada para manter uma escola pacífica e funcional, apesar de grandes ambiguidades e incertezas” (Greenfield Jr, 2000, p. 259).

Diante disso, levar o problema para o administrador escolar (diretor ou pedagogo) é uma forma de dividir a responsabilidade e abrir espaço para maiores possibilidades a fim de lidar com aquilo. De forma conjunta, será possível analisar a situação e decidir o que fazer, como por exemplo, entrar em contato com a família para entender o que está por trás de determinado comportamento.

Fato é que não estamos sozinhos! Podemos e devemos usar isso ao nosso favor. Um ambiente de trabalho onde a equipe escolar caminha junto tem tudo para render bons frutos, o que influencia diretamente no foco principal de todo esse trabalho: o processo de ensino e aprendizagem das crianças da Educação Infantil.



TERCEIRO MOMENTO – SUGESTÕES DE ATIVIDADES PARA ABORDAR O TEMA “DESIGUALDADE SOCIAL” COM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O ser humano vive em constante desenvolvimento e, desde muito pequeno, ele começa a aprender e a prestar atenção no meio em que vive, nas pessoas com as quais convive... Por vezes, pais, professores, adultos no geral, ignoram uma pergunta feita por uma criança por achar algo bobo ou sem sentido para o momento. Todavia, é a curiosidade que move o saber das crianças e ela deve ser alimentada, não podada.

Se uma criança passa na rua por alguém pedindo dinheiro, ela se pergunta o porquê de aquilo estar acontecendo. É claro que o adulto que está com ela não precisa explicar de forma extensa as possíveis causas que levaram àquela pessoa a estar naquela situação, porém, precisa sim falar responder com uma linguagem própria para o entendimento da criança.

Há assuntos que são muito complexos para serem abordados, principalmente na Educação Infantil, como por exemplo: a desigualdade social. Como trabalhar um tema tão pesado e necessário com crianças tão pequenas? Neste momento da roda de conversa, serão sugeridas atividades e práticas com objetivos estabelecidos para cada uma delas.



Talvez a educação seja um dos caminhos mais seguros para uma transformação efetiva: um caminho para o bem comum, para uma sociedade mais justa e uma vida mais digna. Por isso a importância da escola para as virtudes e valores (SERRANO, 2002, p. 65).

ATIVIDADE 1

Objetivo: Aprender a lidar com as diferenças e a conviver coletivamente sem discriminação.

Desenvolvimento da atividade: O professor fará um boneco de cartolina e distribuirá para cada criança. Os bonecos terão tamanhos diferentes e aleatórios. Em seguida, o professor deixará disponível giz de cera, tinta, pincel, revista e cola e pedirá para cada criança personalizar o seu boneco do jeito que preferir, de acordo com as suas características.

Depois de todos os bonecos estarem prontos, o professor fará um painel da diversidade, colando todos eles de mãos dadas para simbolizar a amizade e o respeito independente das diferenças.

ATIVIDADE 2

Objetivo: Explorar a diversidade por meio de filmes infantis.

Desenvolvimento: Os filmes infantis podem contar ensinamentos valiosos a respeito de diversos assuntos e, o melhor, de forma divertida e de fácil entendimento. Então, a sugestão aqui é apresentar filmes que prendam a atenção e ao mesmo tempo ensinem sobre o que se deseja ensinar.



Um filme interessante é o do “Shrek”, que é composto por cenas que retratam a diversidade, o conceito de normalidade e os lugares que a sociedade julga serem apenas para pessoas consideradas diferentes, considerando padrões estéticos.

Outro filme é o do “Touro Ferdinando”, que exhibe a história de um touro que se negava a ser como os outros. Em vez de agressivo e violento como seus semelhantes, Ferdinando escolhe cheirar flores e se recusa a participar de touradas. Ele abomina a agressividade e procura a sua liberdade individual, alicerçada no respeito pela diferença.

ATIVIDADE 3

Objetivo: Exaltar a qualidade do outro.

Desenvolvimento: Nesta atividade, o professor vai exercitar o “olhar amigo” das crianças para com seus semelhantes. O professor deve organizar a turma em roda e dispor uma folha de papel e um lápis de cor para cada um. Em seguida, ele fará a seguinte pergunta: o que o amigo que está do seu lado tem de mais bonito?

Para responder essa pergunta, o professor pedirá para a criança desenhar o que ele enxerga de mais bonito no amigo ao lado ou escrever, de acordo com a faixa etária. Após escrever ou desenhar, a criança entregará a folha para o dono daquela qualidade. Falar sobre o que temos de bom é muito importante! Desta forma, as crianças aprendem desde cedo a valorizar a qualidade do outro, ao invés de focar ou falar do ruim ou do que pode ser julgado feio.



ATIVIDADE 4

Objetivo: Apresentar personagens com características diferentes.

Desenvolvimento: a literatura infantil é fundamental no processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil. Há diversas histórias com as quais podem ser trabalhadas a desigualdade, as diferenças, a diversidade... Uma delas é a do Patinho Feio, que retrata o personagem que é deixado de lado e privado do convívio com os demais apenas por ter características diferentes.

A partir desta história, o professor pode falar sobre o que ocorre na sala de aula, deixando claro que é muito triste não querer brincar com o coleguinha só porque ele tem algo diferente. Em seguida, cada criança pode desenhar um patinho e o professor expor os mesmos posteriormente. Neste momento, será observado que cada patinho possui uma cor, um tamanho e que, nem por isso, um é feio e outro é bonito. Todos são patinhos!



QUARTO MOMENTO - IMAGINAR PROVOCA A REALIDADE

Após toda a troca de informações, anseios, e dificuldades, ocorrerá o último momento dessa roda de conversa, através da leitura do seguinte texto:

Desejo que cada criança tenha alegria para desfrutar daquilo que lhe pertence: a infância.

Desejo que cada adulto olhe para as crianças e, sem pestanejar, abra os braços para abraçá-las. Criança não rejeita carinho.

Desejo que cada pai e mãe tenha em si a ânsia de dar amor e de proteger seu filho de todo mal que o mundo possa causar.

Desejo que cada criança cresça com o coração puro.

Desejo que cada adulto possa lembrar com saudade e amor dos tempos de criança.

Desejo que a criança seja fonte de inspiração para cada ser humano. Olhe no olho de uma criança... Você verá o mundo.

Desejo que cada criança trate a outra como criança, que brinque como criança, sem maldade. Apenas como criança!

Desejo que cada professor tenha em si a consciência de que tem o futuro em suas mãos: a criança.

Desejo que cada criança possa ter alguém presente em sua vida todos os dias. Alguém para amá-la.

Desejo que cada criança tenha uma cama para dormir à noite. E, que antes de



dormir, tenha de quem ouvir uma historinha.

Desejo que as crianças ouçam e vivam histórias felizes.

Desejo que cada criança aprenda, antes de tudo, a ser criança.

Desejo que as escolas tenham subsídios para acolher cada criança na sua totalidade e necessidade.

Desejo que todas as crianças sejam tratadas da mesma forma e com o mesmo amor, afinal, são apenas crianças.

Desejo que cada criança seja estimulada a ser um adulto sem traumas, ou, pelo menos, sem grandes traumas.

Desejo que o mundo seja um lugar melhor para as nossas crianças.

Ame todas as crianças que puder diariamente, assim, terá o melhor presente todos os dias.

Marina Siqueira David

A partir desse texto, descrevo os meus principais desejos como professora apaixonada pelas crianças da Educação Infantil. Elas são capazes de despertar as melhores coisas se dermos espaço para que isso aconteça. Então, quero ouvir dos professores presentes na roda de conversa, o que cada um deseja para as crianças com as quais atua. O que você espera que elas alcancem durante a vida?

Neste sentido, quero sugerir uma atividade para ser realizada por vocês em suas salas de aula. O objetivo dessa atividade é estimular a imaginação, mostrando que sonhos e desejos são possíveis, que as crianças podem alçar grandes voos e se tornarem quem elas quiserem na sociedade. Afinal de contas, o que seria de nós sem os nossos sonhos e metas?



Desenvolvimento da atividade: inicie um diálogo com suas crianças sobre os seus próprios sonhos como pessoa. Comece falando que quando você era criança, sonhava em ser professora, por exemplo. Sonhava em ter uma casa e um carro e que, você realizou os seus sonhos. Neste momento, fale que vocês farão um mural dos sonhos. Peça para cada criança desenhar ou escrever, dependendo da sua faixa etária, o que ela deseja...

A partir deste desenho ou escrita podem surgir os mais mirabolantes desejos, afinal, a mente de uma criança pode ir a lugares inimagináveis. Depois dos desenhos estarem prontos, juntamente com as crianças, organize o mural e enfatize que aqueles são os sonhos de cada um e que todos são possíveis de serem realizados! Estimule-as a irem atrás de tudo o que querem diariamente, mostrando-se presente nesta jornada e disposta, como professora, a contribuir para cada realização.

Escolha um lugar de destaque na sala para fixar esse mural. Pelo menos uma vez por semana, separe um momento da aula para conversar sobre aqueles sonhos e perguntar se algum já foi realizado. Caso tenha sido, substitua por novos sonhos, enfatizando que não há limites para sonhar! Despertar o melhor de nossas crianças é algo contínuo do ato de educar.

Como último momento desta roda de conversa, quero deixar uma mensagem para vocês: mesmo que não possamos vencer a guerra travada contra a desigualdade social, somos capazes de vencer uma batalha de cada vez e, cada vitória deve ser valorizada! Qualquer pequena diferença feita, pode ser grandiosa na vida das crianças.



REFERÊNCIAS

BEDIN, E.; DEL PINO, J. C. **Sentimento docente sobre a prática pedagógica: reflexões e avaliações.** Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Tecnologia. Ponta Grossa, v.12, n.2, p. 53-72, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/7327>. Acesso: 02/09/2022.

GARRIDO, E.; BRZEZINSKI, I. **A reflexão e investigação da própria prática na formação inicial e continuada: contribuição das dissertações e teses no período 1997-2002.** Revista Diálogo Educacional. Curitiba, v. 8, n. 3, p. 153-171, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189117303010.pdf>. Acesso em: 21/01/2020.

Greenfield Jr., W.D. (2000). **Para uma teoria da administração escolar: a centralidade da liderança.** In Sarmento, M. J. (Org.). Autonomia da escola. Políticas e práticas. Porto: ASA. P. 257 – 28.

POCHMANN, M e FERREIRA, E. B. **Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 37, n. 137, p.1241-1267, out./dez., 2016.

SALGADO, J.A. Desigualdade social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.



SERRANO, G. P. **Educação em valores: como educar para a democracia**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, V. G.; ALMEIDA, P. C. A. ; GATTI, B. A. **Referentes e critérios para a ação docente**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 46, n. 160, p. 286-311, jun. 2016.

VIEIRA, O. V. **Estado de direito, seus limites e a criminalidade**. In: MESQUITA NETO, P. et alii. A Violência do cotidiano. Konrad Adenauer Stiftung, p. 75-92., 2001.



AS AUTORAS

MARINA SIQUEIRA DAVID

Licenciada em pedagogia pelos Institutos Superiores de Ensino do Censa (ISECENSA); Pós-Graduada em Educação Infantil pela FAVENI; Mestranda em Educação, Ciências e Tecnologia pelo Centro Universitário Vale do Cricaré. Atualmente é Professora de Educação Infantil Estatutária pela Secretaria Municipal de Presidente Kennedy – ES.



**LUANA FRIGULHA GUISSO**

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Pós-Doutoranda pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - (2021); Mestra em Educação Ambiental pela Faculdade de Aracruz (FAACZ); Especialista em: A Moderna Educação: metodologias, tendências e foco no aluno pela PUCRS; Psicopedagogia; Gestão de Recursos Humanos e Pedagogia Empresarial pela Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz (FACHA); Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitações em: Supervisão Escolar, Educação Infantil e Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, pela Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz (FACHA). Atualmente é Professora e Orientadora do curso Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC) - São Mateus (ES).



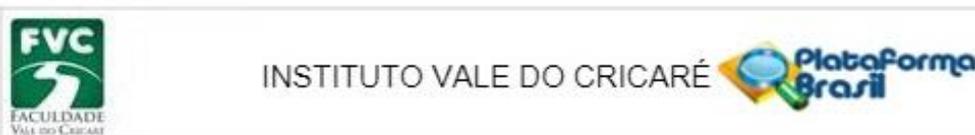
ISBN: 978-85-92647-87-2



DÍALOGO
EDITORIAL

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A BATALHA CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL DURANTE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pesquisador: MARINA SIQUEIRA DAVID

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 64831422.6.0000.8207

Instituição Proponente: INSTITUTO VALE DO CRICARÉ LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.755.130

Apresentação do Projeto:

Conforme apresentado pela pesquisadora, a pesquisa Essa pesquisa buscará contribuir com o trabalho do professor frente às dificuldades impostas pela desigualdade social no contexto escolar, tendo como objetivo geral compreender como a desigualdade social impacta no ensino e na aprendizagem de crianças da Educação Infantil. Além de verificar junto aos professores o que eles compreendem sobre desigualdade social, analisar se a desigualdade social compromete o ensino e aprendizagem das crianças e, caso comprometa, de que forma isso ocorre e, ainda, identificar quais ações são desenvolvidas pelos professores para amenizar os impactos causados pela desigualdade social. O local da pesquisa compreenderá um Centro Municipal de Educação Infantil e a população envolverá alunos de 2 anos a 4 anos incompletos de duas turmas, Maternal I e Maternal II, além dos 4 professores responsáveis por elas.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa será qualitativa. Os procedimentos técnicos utilizados serão a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso e a pesquisa de campo. A coleta de dados será composta por entrevista semiestruturada, análise das fichas de matrícula das crianças envolvidas na pesquisa e de suas fichas avaliativas também. Espera-se ao final da pesquisa, elaborar um produto educacional na forma de e-book com a finalidade de auxiliar os professores da Educação Infantil a lidar com os desafios impostos pela desigualdade social no contexto escolar.

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ 

Continuação do Parecer: 5.755.130

Objetivo da Pesquisa:

A proponente apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo Primário:

Compreender como a desigualdade social impacta no ensino e na aprendizagem de crianças da Educação Infantil

Objetivos Secundários:

Compreender como a desigualdade social impacta no ensino e na aprendizagem de crianças da Educação Infantil;

Verificar junto aos professores o que eles compreendem sobre desigualdade social;

Analisar se a desigualdade social compromete o ensino e aprendizagem das crianças e, caso comprometa, de que forma isso ocorre;

Identificar quais ações são desenvolvidas pelos professores para amenizar os impactos causados pela desigualdade social;

Elaborar um e-book que auxilie os professores da Educação Infantil a lidar com os desafios impostos pela desigualdade social no contexto escolar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Como desconforto e riscos em potenciais este estudo prevê que você pode sentir-se constrangido ou desconfortável para apresentar sua sincera

opinião diante do que lhe for perguntado na entrevista. Para minimizar este constrangimento e/ou desconforto, será realizada uma conversa prévia

com os professores para qualquer esclarecimento necessário. Sendo assim, em caso de algum mal estar, a pesquisadora do presente estudo se

compromete a interromper a entrevista a qualquer momento e encaminhar o entrevistado para um atendimento psicológico ocasional.

BENEFÍCIOS

Os entrevistados poderão ser beneficiados com informações seguras acerca dos desafios ocasionados pela desigualdade social no processo de ensino e aprendizagem de crianças da Educação Infantil, de forma a contribuir para a sua prática docente. E será elaborado um e-book que terá como objetivo fomentar o o

processo de ensino e aprendizagem de crianças da primeira etapa da educação básica apesar das possíveis barreiras existentes neste trajeto.

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** cep@ivc.br



Continuação do Parecer: 5.755.130

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevância social e educacional. Uma vez que aborda de que maneira a desigualdade afeta o processo educacional na educação infantil. Essa construção científica terá como universo de pesquisa um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), situado na Praia de Marobá, no município de Presidente Kennedy - ES. Em relação aos procedimentos técnicos, serão utilizados a pesquisa bibliográfica, estudo de caso e a pesquisa de campo.

Sendo utilizada para a coleta de dados uma entrevista (roteiro apresentado) com perguntas semi-estruturadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A autora apresenta os seguintes documentos:

PROJETO BÁSICO

TCLE

TCUDP

FOLHA DE ROSTO PREENCHIDA E ASSINADA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPADORA

PROJETO

Recomendações:

Revisão ortográfica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A autora apresenta o cronograma apenas no projeto básico, devendo formatá-lo corretamente na pesquisa, uma vez, que as etapas estão descritas dentro do corpo do texto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI 2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2032108.pdf	18/10/2022 09:13:31		Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista_MARINA.pdf	18/10/2022 08:51:51	MARINA SIQUEIRA DAVID	Aceito

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
 Bairro: UNIVERSITARIO CEP: 29.933-415
 UF: ES Município: SAO MATEUS
 Telefone: (27)3313-0000 E-mail: cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 5.755.130

Outros	TCUDP_MARINA.pdf	18/10/2022 08:51:21	MARINA SIQUEIRA DAVID	Aceito
Outros	TAIC_MARINA.pdf	18/10/2022 08:50:53	MARINA SIQUEIRA DAVID	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MARINA.pdf	18/10/2022 08:49:53	MARINA SIQUEIRA DAVID	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	MARINA_PESQUISA.pdf	18/10/2022 08:49:38	MARINA SIQUEIRA DAVID	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_PB.pdf	17/10/2022 20:29:56	MARINA SIQUEIRA DAVID	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO MATEUS, 11 de Novembro de 2022

Assinado por:
FRANK CARDOSO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
 Bairro: UNIVERSITARIO CEP: 29.933-415
 UF: ES Município: SAO MATEUS
 Telefone: (27)3313-0000 E-mail: cep@ivc.br

ANEXO B – FICHA DE MATRÍCULA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
 RUA ATILA VIVACQUA, 79 - CENTRO - PRESIDENTE KENNEDY - ES - 29350-000 - (28) 3535-1363
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE KENNEDY
 RUA ATILA VIVACQUA, S/N - CENTRO - PRESIDENTE KENNEDY - ES - 29350 - 000

FICHA DE MATRÍCULA

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Escola:	Localização: () Urbana () Rural
Endereço:	Telefone:
E-mail:	Órgão regional:

2 - IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome:			
Data de Nascimento:	Nacionalidade:	Cor / Raça:	
Naturalidade:	UF:	Neces. Ed. Especiais:	
Profissão:	Religião:	() Sim () Não	
Bolsa Família:	Nº Cartão / NIS:	Tipo(s) de Necessidade(s):	Código INEP:
() Sim () Não			() Não declarada () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena
Nº Cartão SUS:	Número de Matrícula:	Sexo: () Masculino () Feminino	

O responsável autoriza a divulgação de fotos em trabalhos escolares em redes sociais? () Sim () Não

3 - FILIAÇÃO E RESPONSÁVEL DO ALUNO

PAI

Nome:			
Nível de escolaridade	Série:	Grau:	Naturalidade:
Atualmente está trabalhando:	() Sim () Não		Nacionalidade:
Profissão:			UF:
Horário de trabalho:	Local de trabalho:	Religião:	Tempo de serviço:

MÃE

Nome:			
Nível de escolaridade	Série:	Grau:	Naturalidade:
Atualmente está trabalhando:	() Sim () Não		Nacionalidade:
Profissão:			UF:
Horário de trabalho:	Local de trabalho:	Religião:	Tempo de serviço:

RESPONSÁVEL

Nome:			
Nível de escolaridade	Série:	Grau:	Naturalidade:
Atualmente está trabalhando:	() Sim () Não		Nacionalidade:
Profissão:			UF:
Horário de trabalho:	Local de trabalho:	Religião:	Tempo de serviço:

4 - DADOS DO ENDEREÇO

Endereço:	Comp.:	Nº:
Nº da instalação Elétrica:	Bairro:	
Cidade:	UF:	CEP:
Zona de Residência:	Utiliza Transp. Escolar:	Telefone: ()
() Urbana () Rural	() Sim () Não	Celular: ()
Transporte Municipal:		
() Passe () Veículo		
Tipos de Transp. Escolar: () Vans () Micro-ônibus () Ônibus () Bicicleta () Tração animal () Outro		
Rota:		
Ponto de referência:		

5 - CERTIDÃO CIVIL OU OUTRO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

() Modelo antigo	Nº do Termo:	Nº da Folha:	Nº do Livro:	Tipo de Certidão:
				() Nascimento () Casamento
Nome do Cartório:				
Município do Cartório:			UF do Cartório:	Data de Emissão:
() Modelo novo	Nº da Matrícula:			
() Outro documento	Nº do Documento:			

6 - CURSO, SÉRIE E TURMA				
Curso:		Série:		Turma:
Modalidade: () Regular () Especial () EJA		Situação no Ano Anterior:		
Ensino: () Educação Infantil () Ensino Fundamental () Educação de Jovens e Adultos () Outro ensino _____		Turno () Matutino () Vespertino () Noturno () Integral () Alternado		
Etapa: () Creche () Pré-escola () Fundamental () 8 anos () 9 anos () Médio () Outra etapa _____				
OPÇÃO PELO ENSINO RELIGIOSO: () Sim () Não				
7 - VACINAS TOMADAS PELO ALUNO		8 - DOENÇAS QUE O ALUNO JA TEVE		
- B.C.G Oral <input type="checkbox"/>	- B.C.G Intradérmica <input type="checkbox"/>	- Coqueluce <input type="checkbox"/>	- OUTRA (S):	
- Triplice <input type="checkbox"/>	- V.A.Y (Antivariólíca) <input type="checkbox"/>	- Meningite <input type="checkbox"/>		
- Sabin <input type="checkbox"/>	- OUTRA (S):	- Caxumba <input type="checkbox"/>		
- Anti Tifóide <input type="checkbox"/>		- Poliomielite <input type="checkbox"/>		
- Antirrubéola <input type="checkbox"/>		- Variola <input type="checkbox"/>		
- Antissarampo <input type="checkbox"/>		- Sarampo <input type="checkbox"/>		
- Antitetânica <input type="checkbox"/>		- Catapora <input type="checkbox"/>		
9 - PROBLEMAS ATUAIS DE SAÚDE:		11 - SITUAÇÃO HABITACIONAL		
		MORA EM RESIDÊNCIA	TIPO DE RESIDÊNCIA	Nº DE COMODOS
		- Própria <input type="checkbox"/>	- Casa <input type="checkbox"/>	
10 - EXPERIÊNCIAS TRAUMATIZANTES:		- Cedida <input type="checkbox"/>	- Apartamento <input type="checkbox"/>	
		- Alugada <input type="checkbox"/>	- Outros <input type="checkbox"/>	
DATA DA PRIMEIRA MATRÍCULA:				
12 - RENOVAÇÃO DA MATRÍCULA				
ANO	DATA	SÉRIE/ANO	ASS. DO RESPONSÁVEL PELO ALUNO	ASS. DO RESPONSÁVEL PELA RENOVAÇÃO
20__	/ /			
20__	/ /			
20__	/ /			
20__	/ /			
20__	/ /			
20__	/ /			
20__	/ /			
20__	/ /			
20__	/ /			
20__	/ /			
13 - OBSERVAÇÕES:				
Assinatura do Diretor (a) do Estabelecimento		Assinatura do Responsável pela Matrícula		
Assinatura do Responsável pelo Aluno				

ANEXO C – FICHA DESCRITIVA BOA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
CRECHE
2022

INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

PROFESSOR (A):

ALUNO (A):

GRUPO II ()

GRUPO III ()

O EU, O OUTRO E O NÓS		1º T	2º T	3º T
01	Expressa atitude de cooperação, respeito, solidariedade nas relações que estabelece com adultos e outras crianças.			
02	Demonstra imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar desafios e dificuldades.			
03	Compartilha objetos e espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.			
04	Exerce práticas de cuidados com o corpo e para seu bem-estar.			
05	Respeita regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.			
06	Desempenha atividades diárias com autonomia, como: vestir-se, calçar-se, abotoar, dar laço, pentear-se.			
07	Resolve conflitos nas interações e brincadeiras sob a mediação de um adulto.			
08	Trabalha de forma harmoniosa em grupo.			
CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS		1º T	2º T	3º T
09	Se utiliza de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si em jogos e brincadeiras.			
10	Mantém o equilíbrio em atividades como: andar sobre uma linha, pular com o pé só, na ponta dos pés.			
11	Anda com segurança e estabilidade, desdobrando-se nos atos de correr, pular e suas variantes.			
12	Usa a imaginação em brincadeiras livres e dirigidas.			
13	Demonstra progressiva independência no cuidado do seu corpo.			
14	Consegue deslocar seu corpo no espaço aplicando noções de frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora, etc.			
15	Desenvolve progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, amassar, folhear, recortar entre outros.			
16	Utiliza movimento de preensão, encaixe e lançamento.			

TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS		1º T	2º T	3º T
17	Consegue criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, acompanhando assim, diversos ritmos de músicas.			
18	Consegue grafar, explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes com a utilização de diferentes materiais.			
19	Se expressa por meio de linguagens como: desenho, música, movimento corporal, teatro.			
20	Interage com a aplicação de diferentes fontes sonoras, como: canções, melodias, brincadeiras cantadas.			
21	Consegue diferenciar escrita de ilustrações.			
22	Desenha reproduzindo riscos e garatujas no papel e nomeia o que desenha.			
23	Realiza a representação visual de objetos por meio de modelagem de massinha ou argila.			
24	Acompanha a direção da leitura, de cima para baixo, da esquerda para direita.			
25	Consegue criar e contar histórias oralmente, com base nas imagens ou temas.			
26	Consegue produzir escrita através do manuseio de variados suportes, como: desenhar, traçar letras, etc.			
ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO		1º T	2º T	3º T
27	Dialoga com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.			
28	Cria e identifica diferentes sons e reconhece rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.			
29	Demonstra interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos.			
30	Diferencia escrita de ilustrações.			
31	Acompanha com orientação do adulto leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).			
32	Identifica cenários, personagens e principais acontecimentos em histórias lidas ou contadas.			
33	Cria e conta histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.			
34	Manuseia diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.			
35	Relata fatos simples acontecidos no seu dia a dia.			
36	Reconta fatos, histórias, filmes e outros com sequência e coerência dos fatos.			
37	Compreende e relata, oralmente, suas percepções a partir do que vê em símbolos, placas, tirinhas, histórias não-verbais.			
38	Vivencia jogos e brincadeiras que exploram a sonoridade das palavras.			
39	Identifica letras do próprio nome.			
40	Reconhece o próprio nome através de fichas, cartazes entre outros.			
41	Traça de modo espontâneo as letras do alfabeto.			

ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES		1º T	2º T	3º T
42	Consegue identificar semelhanças e diferenças entre características e propriedades dos objetos, sonoridade, textura, peso, tamanho, posição no espaço.			
43	Consegue identificar, observar, relatar incidentes cotidianos e fenômenos naturais, luz solar, vento, chuva.			
44	Tem atitudes de cuidado com as plantas e animais em interação com outras crianças.			
45	Identifica relações espaciais, dentro/fora, em cima/ embaixo, acima/ abaixo, entre /do lado.			
46	Identifica relações temporais, antes, durante, depois.			
47	Classifica objetos por tamanho, peso, cor, forma.			
48	Utiliza a contagem oral e o número em situações contextualizadas e significativas como: distribuição de materiais, divisão de objetos, arrumação da sala, quadro de registros, coleta de coisas entre outros.			
49	Registra número e quantidade de crianças (meninas/meninos, presente/ausentes).			
50	Participa de brincadeiras envolvendo cantigas e parlendas que se utilizam de contagem numérica.			
51	Manifesta agilidade em ações como: montar quebra-cabeça, fazer construção com jogos de encaixe.			

A: Alcançou
 NA: Não Alcançou
 ED: Em desenvolvimento
 NT: Não se Aplica

1º Trimestre

Presidente Kennedy-ES, ____/____/ ____

Assinatura do professor (a): _____

Assinatura do professor (a): _____

Assinatura do pedagogo (a): _____

2º Trimestre

Presidente Kennedy-ES, ____/____/ ____

Assinatura do professor (a): _____

Assinatura do professor (a): _____

Assinatura do pedagogo (a): _____

3º Trimestre

Presidente Kennedy-ES, ____/____/ ____

Assinatura do professor (a): _____

Assinatura do professor (a): _____

Assinatura do pedagogo (a): _____

ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES		1º T	2º T	3º T
42	Consegue identificar semelhanças e diferenças entre características e propriedades dos objetos, sonoridade, textura, peso, tamanho, posição no espaço.			
43	Consegue identificar, observar, relatar incidentes cotidianos e fenômenos naturais, luz solar, vento, chuva.			
44	Tem atitudes de cuidado com as plantas e animais em interação com outras crianças.			
45	Identifica relações espaciais, dentro/fora, em cima/ embaixo, acima/ abaixo, entre /do lado.			
46	Identifica relações temporais, antes, durante, depois.			
47	Classifica objetos por tamanho, peso, cor, forma.			
48	Utiliza a contagem oral e o número em situações contextualizadas e significativas como: distribuição de materiais, divisão de objetos, arrumação da sala, quadro de registros, coleta de coisas entre outros.			
49	Registra número e quantidade de crianças (meninas/meninos, presente/ausentes).			
50	Participa de brincadeiras envolvendo cantigas e parlendas que se utilizam de contagem numérica.			
51	Manifesta agilidade em ações como: montar quebra-cabeça, fazer construção com jogos de encaixe.			

A: Alcançou
 NA: Não Alcançou
 ED: Em desenvolvimento
 NT: Não se Aplica

1º Trimestre

Presidente Kennedy-ES, ____/____/ ____

Assinatura do professor (a): _____

Assinatura do professor (a): _____

Assinatura do pedagogo (a): _____

2º Trimestre

Presidente Kennedy-ES, ____/____/ ____

Assinatura do professor (a): _____

Assinatura do professor (a): _____

Assinatura do pedagogo (a): _____

3º Trimestre

Presidente Kennedy-ES, ____/____/ ____

Assinatura do professor (a): _____

Assinatura do professor (a): _____

Assinatura do pedagogo (a): _____